



GESTÃO EMPRESARIAL

PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL DO GRUPO BRASIL DE EMPRESAS DE CONTABILIDADE
JANEIRO/FEVEREIRO/MARÇO/2010

ANO 4 - Nº 15

Cantor CO2e

Subsidiária do Grupo Cantor Fitzgerald no Brasil contribui para que empresas brasileiras participem do bilionário mercado mundial de crédito de carbono

Espírito Santo em evidência

Com o maior complexo portuário da América Latina, estado do Sudeste brasileiro atrai interesse de investidores

Negócios da notícia

Principal grupo de comunicação de Portugal aposta no Brasil com novo jornal de economia

AC - RIO BRANCO

ORGANIZAÇÃO CONTÁBIL PRADO
Rua Pará, 107 Cadeia Velha
69900-440 - Rio Branco - AC
Tel. (68) 3224-3019
www.orgconprado.com.br

AL - MACEIÓ

CONTROLE CONTADORES ASSOCIADOS
Rua Guedes Gondim, 128
57020-260 - Maceió - AL
Tel. (82) 2121-0000
www.controleonline.com.br

AM - MANAUS

DHC AUDITORIA
Avenida Djalma Batista, 1007 1º andar
69053-355 - Manaus - AM
Tel. (92) 3182-3388
www.dhcmanaus.com.br

AP - MACAPÁ

ÉTICA INSTITUTO CONTÁBIL
Rua Mamedio Amaral da Silva, 138, Térreo
68908-300 - Macapá - AP
Tel. (96) 3241-5529
www.eticainstitutocontabil.com.br

BA - SALVADOR

ORGANIZAÇÃO SILVEIRA DE CONTABILIDADE
Rua Torquato Bahia, 04 - 11º andar
40015-110 - Comércio - Salvador - BA
Tel. (71) 2104-5401
www.organizacaosilveira.com.br

CE - FORTALEZA

MARPE - CONTADORES ASSOCIADOS
Av. Pontes Vieira, 1091 - Dionísio Torres
60130-241 - Fortaleza - CE
Tel. (85) 3401-2499
www.marpecontabilidade.com.br

DF - BRASÍLIA

AGENDA CONTÁBIL
SCS, Q. 02, BL. C, nr. 92, conj. 202/4 - ASA SUL
70302-908 - Brasília - DF
Tel. (61) 3321-1101
www.agendacontabil.com.br

ES - VITÓRIA

UNICON - UNIÃO CONTÁBIL
Rua Graciano Neves, 230 - Centro
29015-330 - Vitória - ES
Tel. (27) 2104-0900
www.unicon.com.br

GO - GOIÂNIA

CONTAC - CONTABILIDADE
Av. Oeste, 319 - Setor Aeroporto
74075-110 - Goiânia - GO
Tel. (62) 3240-0400
www.contacnet.com.br

MA - SÃO LUÍS

ASSESSORIA E CONSULTORIA REAL
Av. Borborema, quadra 18 - nº 22 - Calhau
65071-360 - São Luís - MA
Tel. (98) 3313-8900
www.assessoriareal.com.br

MG - BELO HORIZONTE

MATUR ORGANIZAÇÃO CONTÁBIL
Rua Carijós, 244 - 11º andar
30120-060 - Belo Horizonte - MG
Tel. (31) 3273-8111
www.matur.com.br

MG - JUIZ DE FORA

TECOL - CONSULTORIA EMPRESARIAL
Rua Dr. João Pinheiro, 173
36015-040 - Juiz de Fora - MG
Tel. (32) 3215-6631
www.tecol.com.br

MS - CAMPO GRANDE

AUDITA AUDITORIA E CONTABILIDADE
Rua Olavo Bilac, 20
79005-090 - Campo Grande - MS
Tel. (67) 3383-1892
www.auditacontabilidade.com.br

MT - CUIABÁ

CONTABILIDADE SCALCO
Rua Comandante Costa, 1519 - Térreo
78020-400 - Cuiabá - MT
Tel. (65) 3363-1600
www.scalcomt.com.br

PA - BELÉM

C&C CONSULTORIA E CONTABILIDADE
Travessa Nove de Janeiro, 2275 - 1º andar
66063-260 - Belém - PA
Tel. (91) 3249-9768
www.cec.cnt.br

PB - JOÃO PESSOA

ROBERTO CAVALCANTI & ASSOCIADOS
Av. Almirante Barroso, 1020 - Torre
58040-220 - João Pessoa - PB
Tel. (83) 3048-4243
www.robertocavalcanti.cnt.br

PE - RECIFE

ACENE ASSESSORIA E CONSULTORIA
Rua João Ivo da Silva, 323 - Madalena
50720-100 - Recife - PE
Tel. (81) 2125-0300
www.acenecontabilidade.com.br

PI - TERESINA

ANÁLISE CONTABILIDADE
Rua Valença, 3.453 - Sul Bairro Tabuleta
64018-535 - Teresina - PI
Tel. (86) 3222-6337
www.analisecontabilidade.com.br

PR - CURITIBA

EACO - CONSULTORIA E CONTABILIDADE
Rua XV de Novembro, 297 - 7º andar
80020-310 - Curitiba - PR
Tel. (41) 3224-9208
www.eaco.com.br

PR - CASCAVEL

VANIN CONTADORES ASSOCIADOS
Rua São Paulo, 1721
85801-021 - Cascavel - PR
Tel. (45) 2104-7000
www.vanin.com

PR - LONDRINA

CONTAD ASSESSORIA CONTÁBIL
Rua Senador Souza Naves, 289 - Sala 4
86010-914 - Londrina - PR
Tel. (43) 3324-4428
www.contadassessoria.com.br

RJ - RIO DE JANEIRO - MACAÉ

DPC - DOMINGUES E PINHO CONTADORES
Av. Rio Branco, 311 - 4º andar - Centro
20040-903 - Rio de Janeiro - RJ
Tel. (21) 3231-3700
www.dpc.com.br

RN - NATAL

RUI CADETE CONSULTORES E AUDITORES
Rua Apodi, 209
59025-170 - Natal - RN
Tel. (84) 3616-5500
www.ruicadete.com.br

RO - PORTO VELHO

D. DUWE CONTABILIDADE
Rua Júlio de Castilho, 730 - Orlaria
76801-238 - Porto Velho - RO
Tel. (69) 2182-3388
www.dduwe.com.br

RR - BOA VISTA

SAMPAYO FERRAZ CONTADORES ASSOCIADOS
Rua Ajuricaba, 738 - Centro
69301-070 - Boa Vista - RR
Tel. (95) 3224-0544
pnfs@click21.com.br

RS - PORTO ALEGRE

GATTI ASSESSORIA FISCAL E CONTÁBIL
Rua Santa Catarina, 361
91030-330 - Porto Alegre - RS
Tel. (51) 2108-9900
www.gatti.com.br

SC - FLORIANÓPOLIS

RG CONTADORES ASSOCIADOS
Rua Dom Jaime Câmara, 77 - Sala 101
88015-120 - Florianópolis - SC
Tel. (48) 3025-6424
www.rgcontadores.com.br

SC - BLUMENAU - JOINVILLE - ITAJAÍ

J. MAINHARDT & ASSOCIADOS
Rua 2 de Setembro, 2639 - 1, 2, 3 and.
89052-001 - Blumenau - SC
Blumenau - Tel. (47) 3231-8800
www.mainhardt.com.br

SE - ARACAJU

SERCON SERVIÇOS CONTÁBEIS
Rua Siriri, 513 - Centro
49010-450 - Aracaju - SE
Tel. (79) 2106-6400
www.sercontabil.com.br

SP - SÃO PAULO

ORCOSE CONTABILIDADE E ASSESSORIA
Rua Clodomiro Amazonas, 1435
04537-012 - São Paulo - SP
Tel. (11) 3531-3233
www.orcose.com.br

DPC - DOMINGUES E PINHO CONTADORES
Rua Sampaio Viana, 277 - 10º andar - Paraíso
04004-000 - São Paulo - SP
Tel. (11) 3884-1116
www.dpc.com.br

TO - PALMAS

CONTATO CONTABILIDADE
Av. JK - 104 - N. Cj 01 - Lote 39 A - SI 5
77006-014 - Palmas - TO
Tel. (63) 3219 7100
www.contatopalmas.com.br

GBRASIL (Sede)

Rua Clodomiro Amazonas, 1435
04537-012 - São Paulo - SP
Tel. 55 (11) 3814-8436
www.gbrasilcontabilidade.com.br

CIÊNCIA CONTÁBIL EM ALTA

Vivemos, nós contadores, um período áureo para a profissão. Nunca se falou tanto da atividade contábil no Brasil e no mundo; seja pela importância que a ciência assume diante das corporações, órgãos públicos e instituições do terceiro setor, seja perante a sociedade, a quem as contas devem ser muito bem prestadas. Afinal, trabalhamos acima de tudo para a transparência e exatidão dos números que demonstram se estas organizações vão bem ou mal, informação vital para a tomada de decisão de qualquer cidadão: adquirir uma ação no mercado de capitais; votar em determinado candidato; contribuir ou não com uma entidade assistencial.



Foto: Weimer Carvalho

O Grupo Brasil de Empresas de Contabilidade tem orgulho de fazer parte de uma elite dessa profissão no País por meio de suas 32 associadas. E a cada dia que passa, estamos mais seguros do caminho que temos trilhado nesses 15 anos de aliança em prol de uma contabilidade mais equânime em seus padrões de qualidade e mais engajada aos princípios ditados pelo mercado e pelas entidades contábeis internacionais.

É por esse motivo que a nossa revista GESTÃO traz aqui conteúdos especiais como a entrevista com o novo presidente do Conselho Federal de Contabilidade, Juarez Domingues Carneiro, e a informação dos bastidores da eleição que o levou ao cargo. Com um exército de 417 mil contabilistas em todo o País, as eleições do CFC e seus Conselhos Regionais criam um movimento institucional grandioso. Não conseguimos disfarçar aqui o orgulho de termos vários associados que integraram esse processo de renovação no sistema CRCs/CFC e que saíram vitoriosos. Os contadores integrantes do GBrasil que hoje ocupam cargos na instituição máxima da contabilidade no País nos revestem de reconhecimento e brilho especial. São profissionais de reconhecimento público de suas competências e saber.

Nossa edição traz ainda uma matéria especial com a CantorCO2e, empresa do Grupo Fitzgerald no Brasil que está fazendo acontecer o mercado de crédito de carbono no País. Ela nos mostra que os balanços ambientais estão se transformando em peças contábeis de grande importância para qualquer tipo de organização, seja ela grande emissora ou não dos gases de efeito estufa, reponsáveis pelo aquecimento global do planeta. Saiba o porquê.

Boa leitura!

REINALDO SILVEIRA

Presidente do GBrasil
gbrasil@gbrasilcontabilidade.com.br



Capa - 10



28



34

Editorial **3**
CIÊNCIA CONTÁBIL EM ALTA

Entrevista **5**
JUAREZ DOMINGUES CARNEIRO

Conselhos de Contabilidade **9**
EMPRESÁRIOS GBRASIL INTEGRAM GESTÃO DE CRC'S

Casos de Sucesso **10**
CANTORCO2E: CARBONO BILIONÁRIO

Consultoria GBrasil **14**

- . CISÃO DE EMPRESA X OPÇÃO PELO SIMPLES
- . NEUTRALIDADE TRIBUTÁRIA PARA AS OPTANTES DO RTT
- . TRIBUTAÇÃO SOBRE INDÉBITOS TRIBUTÁRIOS RECUPERADOS
- . NOVAS REGRAS PARA ENTREGA DA DCTF
- . INCIDÊNCIA DE IR SOBRE ADIANTAMENTO A EMPREGADO
- . TRIBUTAÇÃO DE SUBVENÇÕES PARA INVESTIMENTO

Mídia & Negócios **16**

BRASIL ECONÔMICO:
UM NOVO JORNAL NAS BANCAS DO PAÍS

Em Tese **20**

INDÚSTRIAS PETROLÍFERAS E CONTEÚDO LOCAL

Estados Brasileiros **22**

ESPÍRITO SANTO: EIXO DE OPORTUNIDADES

Universo Web **26**

UMA MÃOZINHA PARA SAIR DO VERMELHO

Saúde & Trabalho **28**

UMA MINIACADEMIA DENTRO DA EMPRESA

Práticas do Bem **31**

O BEM SEM SABER A QUEM

Em Síntese **32**

- . POSSE DE CASSIUS RÉGIS COELHO NO CRC/CE
- . CARLOS CORRÊA NA ACADEMIA PARAENSE DE C. CONTÁBEIS
- . AGOSTINHO PEDROSA RECEBE TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO
- . CONTROLE CONTADORES COMEMORA 30 ANOS



22



16



26

Gestão Empresarial é uma publicação trimestral do GBrasil - Grupo Brasil de Empresas de Contabilidade, distribuída a clientes e parceiros estratégicos em todo o território nacional

ENDEREÇO DA SEDE GBRASIL
Av. Clodomiro Amazonas, 1435
04537-012 - São Paulo-SP
Tel./Fax: 55 (11) 3814-8436
www.gbrasilcontabilidade.com.br

CONSELHO EDITORIAL

Pedro Coelho Neto
(Marpe Contadores Associados)
Reinaldo Cardoso da Silveira
(Org. Silveira de Contabilidade)
Nilson José Goedert
(RG Contadores Associados)
Manuel Domingues e Pinbo
(Domingues e Pinbo Contadores)
Rider Rodrigues Pontes
(Unicon - União Contábil)

PRODUÇÃO, EDIÇÃO E DIAGRAMAÇÃO
Conteúdo Comunicação &
Luna Editora
www.conteudocomunicacao.com.br

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Diva de Moura Borges
diva.borges@uol.com.br
Tel. (11) 3814.8436

RELAÇÕES COM ANUNCIANTES
Pedro A. de Jesus
Tel. (11) 3875.0308 | 9137-7639
Dagoberto Cozo Orelhana
Tel. (11) 5571-3442 | 8585-6200

COLABORARAM NESTA EDIÇÃO:
Andrea Antonacci
Andrea Falcão Bittencourt
Leandro Rodriguez
W.F.Padovani

REVISÃO
(SOB NOVA ORTOGRAFIA)
José Paulo Ferrer

PROJETO GRÁFICO
Moema Cavalcanti

FOTOGRAFIAS & ILUSTRAÇÕES
Carlos Eugênio (CE)
Gilberto Viegas (SC)
João de Brito Coêlho Jr (PI)
José Carlos Barretta/Hype (SP)
Latin Stock (SP)
Marcos Salles (MA)
Renato Velasco (RJ)
Robson Cesco (DF)
Weimer Carvalho (GO)

As demais imagens utilizadas nesta edição foram cedidas de arquivos pessoais ou divulgação das empresas e entidades citadas.

TIRAGEM DESTA EDIÇÃO:
10.000 exemplares

IMPRESSÃO

Leograf Editora,
em papel couchê brilho 150g (miolo) e
couchê 180g (capa)

CONTABILIDADE “MADE IN BRAZIL”

Juarez Domingues Carneiro, presidente do CFC

O NOVO PRESIDENTE DO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, O CATARINENSE JUAREZ DOMINGUES CARNEIRO, 50 ANOS, QUER QUE OS CONTADORES OCUPEM LUGAR DEFINITIVO NO CENÁRIO POLÍTICO-ECONÔMICO NACIONAL E QUE TAMBÉM CONQUISTEM ESPAÇO NO CONTEXTO INTERNACIONAL DA PROFISSÃO, UMA DAS TRÊS MAIS IMPORTANTES NOS EUA, EUROPA E AUSTRÁLIA. ENTRE SUAS METAS ESTÁ A REALIZAÇÃO NO BRASIL, PELA PRIMEIRA VEZ, DO CONGRESSO MUNDIAL DE CONTABILIDADE.

POR DIVA BORGES

Fotos: Robson Cesco

Gestão – Quem é Juarez – o profissional, o empresário e o homem público? Como foi sua trajetória até o CFC?

Carneiro – Sou graduado em Ciências Contábeis, em Direito e em Administração e Gerência. Tenho especialização em Organização de Sistemas e Métodos e mestrado em Engenharia de Produção, ambos pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Atualmente curso doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento, também pela UFSC. Sou empresário da contabilidade (*Martinelli Auditores, de Joinville-SC*); gerente de projetos da Secretaria Extraordinária da Qualidade do Estado de Santa Catarina; diretor de Administração da Secretaria de Estado da Organização do Lazer; e professor universitário. Cheguei ao CFC como conselheiro por Santa Catarina, em 2004. Dois anos depois, no início da gestão da presidente Maria Clara Cavalcante Bugarin, assumi a vice-presidência de Desenvolvimento Operacional, permanecendo nesse cargo até o fim de 2009.

Gestão – O que significam as eleições dos CRCs neste mesmo momento em que se acaba de eleger um novo presidente? É



uma dinâmica eficiente sob ponto de vista político e também administrativo?

Carneiro – Nas últimas eleições do CFC vem ocorrendo a habilitação de uma chapa de consenso, em função de um grande processo de contato e de conversação com os presidentes dos Conselhos Regionais, com o objetivo de conseguir que os CRCs nos encaminhem nomes que possam compor uma chapa de consenso. Foi isso que ocorreu nos últimos quatro processos eleitorais do CFC. O processo eleitoral no Sistema CFC/CRCs não é complicado. Quando se tem uma visão sistêmica, ele se torna um pouco mais trabalhoso, porque nós precisamos buscar o apoio dos CRCs, para a

indicação dos nomes, com a finalidade de fazermos um trabalho conjunto e que não sofra restrições ou oposições, a não ser aquela que seja uma oposição responsável. Do ponto de vista político, a grande vitória que nós temos no CFC, hoje, é justamente poder contar com a participação de todos os Estados no grupo de conselheiros, alguns dos quais compondo o Conselho Diretor, que envolve as vice-presidências e o representante dos técnicos em contabilidade.

Gestão – Como o profissional de contabilidade é percebido hoje pela sociedade? Algo mudou na imagem dele nos últimos anos?

Carneiro – Diria que nós vivemos um momento comum em todo o mundo. Há fatos internacionais que geraram, à primeira vista, um impacto muito negativo à classe, como a quebra das empresas americanas WorldCom e Enron, e a recente crise econômica mundial, que colocaram a situação contábil-financeira de vários países em xeque. No entanto, ambos os episódios só fortaleceram a categoria, havendo por ela uma maior demanda e interesse. Não é à toa que a contabilidade se transformou, em 2004 e 2005, na profissão mais procurada nos Estados Unidos. Em 2009, temos dados de que foi a terceira profissão de maior interesse na Europa. Na Austrália, há dados que apontam que a contabilidade está entre as três profissões mais procuradas. Essa realidade tem se refletido no Brasil. Fazemos parte de uma classe de profissionais com postura diferente, que começa a ser vista de forma diferenciada pela sociedade. Mas é preciso que

OS CONTADORES, CADA VEZ MAIS, PASSAM A SER REQUISITADOS PELAS ORGANIZAÇÕES. DIFICILMENTE TEMOS HOJE UM PROFISSIONAL DA CONTABILIDADE DESEMPREGADO.

essa evolução seja agora acompanhada de ações de maior impacto, porque muitos ainda ignoram a realidade e mantêm o estereótipo de que contadores são figuras meramente burocráticas, tornando-se mais visíveis apenas em determinadas épocas, como a da declaração do Imposto de Renda. Os contadores não são apenas isso. São geradores de informações e profissionais que, cada vez mais, passam a ser requisitados pelas organizações. Dificilmente temos hoje um profissional da contabilidade desempregado.

Gestão – O CFC tem se preocupado em mudar a imagem do contador para a sociedade?

Carneiro – Temos uma preocupação muito grande em mudar essa imagem porque, muitas vezes, em alguns veículos de comunicação, novelas e até mesmo em programas humorísticos, o contador aparece como uma figura atrelada a situações que não condizem com o seu verdadeiro valor e potencial. Quando a imagem de um profissional é colocada como a de um ser preguiçoso ou ligado a algum tipo de contravenção ou fato ilícito, isso gera um impacto negativo na sociedade. O que nós queremos é mostrar para a sociedade que o profissional contábil é exatamente o oposto disso. Esclarecer que o contador tem uma parcela de contribuição muito grande para o desenvolvimento de qualquer nação e, ainda, possui um aperfeiçoamento contí-

nuo. É isso que o CFC tem feito, ou seja, tem possibilitado a educação continuada, treinando e capacitando melhor o profissional; realizando eventos de qualidade e possibilitando o acesso dos profissionais a um maior número de informações. A imagem do contabilista tende a continuar evoluindo positivamente, e isso não só quanto à sua postura de ser, de se vestir ou de falar, mas também quanto à sua qualificação para o trabalho. Esse processo de mudança da imagem, do ponto de vista da divulgação à sociedade, será intensificado porque é um dos pilares da atual gestão.

Gestão – Entre esses pilares estará a atualização das normas do CFC que regulam a profissão contábil?

Carneiro – O CFC está sintonizado com o processo de mudança que está acontecendo com a contabilidade no mundo todo. Isso exige a revisão permanente das nossas normas, em termos de atualização e, também, da transformação dos Pronunciamentos que estão sendo emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) em novas normas. Estamos trabalhando no processo de atualização de todas as normas. Vivemos um momento no qual tudo o que precisa ser atualizado ou modificado está sendo feito. Teremos um trabalho intenso nos próximos dois anos. Essa tarefa irá culminar também com outra que o CFC desempenha, que é a de repassar esse conteúdo para os profissionais, para que eles possam aplicar devidamente as novas normas.

Gestão – A fiscalização do exercício da profissão contábil tem sido mais rígida?

Carneiro – A verdadeira razão de ser do CFC e dos CRCs é a fiscalização e o registro da profissão. O registro mantém o cadastro, as informações relativas àqueles que estão habilitados ao exercício da profissão e em que condições isso se processa. Já a fiscalização funciona como um fator de proteção à sociedade, porque nela temos a possibilidade de identificar práticas ou condutas que não são condizentes e, a partir daí, estabelecer as sanções que são previstas, além de também funcionar dentro de um caráter orientativo, educando os profissionais para eles tenham uma conduta ética e profissional responsável. Não é correto dizer que o CFC, por meio dos CRCs, tenha se tornado mais rígido na fiscalização. Porém, o Conselho Federal tem um planejamento de trabalho que possibilita fiscalizar mais, otimizando essa missão, não com a idéia punitiva, mas, principalmente, com um caráter de orientação. A punição se dá apenas quando os profissionais reincidem e não conseguem entender que esta é uma profissão organizada e que tem normas que precisam ser respeitadas.

Gestão – O processo de adequação da contabilidade brasileira às normas internacionais tem sido confortável ou traumático?

Carneiro – Esse é um processo dentro de uma tendência globalizada, que veio para o Brasil, assim

como chegou aos demais países, com a perspectiva de que as demonstrações ou a contabilidade brasileira possam ter um parâmetro de análise com a contabilidade praticada por empresas de outros países, porque a mesma diretriz e as mesmas normas são seguidas. Não praticar isso ou não envidar os esforços para a harmonização e a convergência das normas contábeis significa impedir que as organizações brasileiras ocupem um espaço no mercado internacional. Evidentemente, esse não é um processo muito simples. Nós temos a nossa contabilidade pesquisada, estudada, desenvolvida ao longo dos anos. Temos doutrinadores que defendem teses e posicionamentos que nem sempre convergem com aquilo que está sendo colocado em nível mundial. Com isso, o Brasil acaba tendo, como em qualquer outro país do mundo, correntes diversas em relação a esse processo. Aqui não tem sido tão traumático porque houve um amplo consenso, que resultou na criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, o que possibilitou que instituições com interesses comuns nas áreas contábil e financeira se unissem e procurassem traduzir e interpretar as normas do IASB para a realidade brasileira. Acima de um processo de convergência, estamos vivendo um processo de consenso, e o CFC tem sido fundamental nessa realidade porque, além de dar a infraestrutura necessária para o funcionamento do CPC, também tem sido um agente harmonizador nesse processo como um todo, para evitar justamente o que tem acontecido em alguns países, onde a convergência de normas está emperrada porque as correntes não chegam a um entendimento.

Gestão – Há um clamor para que os pronunciamentos sejam feitos em uma linguagem mais simples e clara, sem uma tradução ao pé da letra e distorcida da realidade brasileira. Até que ponto o CFC está atento a esta questão?

Carneiro – O CFC participa do CPC como membro ativo, integrante. Há duas pessoas que representam o CFC no Comitê e, portanto, levam a mensagem e o pensamento do Conselho Federal. Não é uma mera tradução de normas que se faz no CPC. Há estudos, debates, conversa-se muito a respeito de cada norma e de cada Pronunciamento a ser emitido. O que temos feito para facilitar o processo, primeiramente, é dar condições em termos de infraestrutura, então o CFC viabiliza a existência do CPC. Em segundo lugar, participamos ativamente como membro fundador do Comitê. E, finalmente, divulgamos as ações e os Pronunciamentos do CPC, transformando-os em normas, por meio de um processo interno com aprovação do Plenário. Para a questão da linguagem e das distorções, evidentemente, temos processos corretivos ao longo do tempo. Para aquilo que gerar efetivamente algum tipo de dúvida ou de dificuldade de interpretação, o CFC vai desenvolver os mecanismos que puder para que as informações cheguem ao profissional da forma mais correta. Diria que esse processo de transição tem duas etapas bem distintas.

Na primeira, há a tradução, interpretação e transformação das IFRS em Pronunciamentos. Num segundo momento, esse conjunto gerado tem que ser transferido ao profissional da contabilidade e aos auditores. Nesta etapa, temos que desenvolver com outras instituições – como a Fenacon, o Sebrae, o BNDES e demais agentes que tenham interesse na área contábil-financeira, porque estão intimamen-

ACIMA DE UM PROCESSO DE CONVERGÊNCIA DAS NORMAS CONTÁBEIS, ESTAMOS VIVENDO UM PROCESSO DE CONSENSO, E O CFC TEM SIDO FUNDAMENTAL NESSA REALIDADE



te ligados a ela – parcerias estratégicas para que possamos transmitir e repassar aos profissionais, às organizações de natureza contábil e aos auditores o conteúdo das normas convergidas. O grande desafio do CFC em 2010 é assegurar que todos os profissionais tenham acesso às normas que estão sendo elaboradas. É importante destacar que a Lei nº 11.638, de 27/12/2007, dispôs que as normas brasileiras devem convergir às normas internacionais de contabilidade. De acordo com a legislação, toda empresa é obrigada a manter contabilidade regular para registro dos atos e fatos administrativos. Tendo em vista que o compromisso assumido é a de convergir às normas internacionais, nossas normas têm sido elaboradas observando o padrão internacional, podendo ocorrer situações em que não sejam aplicáveis à realidade brasileira. Nesses casos, desde que não alterem a essência da norma, são efetuadas as adaptações necessárias.

Gestão – O que significou a passagem de Maria Clara Bugarim pela presidência do CFC?

Carneiro – Maria Clara desenvolveu duas gestões que acabaram se tornando marcos dentro do CFC,



O CONGRESSO MUNDIAL DE CONTABILIDADE É A GRANDE POSSIBILIDADE DE INSERÇÃO DEFINITIVA DO BRASIL NO CONTEXTO DA CONTABILIDADE INTERNACIONAL

e não só por ser a primeira mulher a presidir o Conselho Federal, mas também por ela ser essencialmente empreendedora. Ela desenvolveu uma gestão diferenciada. De forma arrojada, conseguiu dar visibilidade ao CFC em plano nacional e internacional. Além disso, ela implantou diversos projetos considerados inovadores e coroou de sucesso um grande evento da classe contábil, que foi o 18º Congresso Brasileiro de Contabilidade, realizado em 2008, que, pela primeira vez, teve a presença de um presidente da República. Também em relação à convergência das normas, Maria Clara sempre esteve atenta, presente e participativa. Já em relação aos CRCs, ela se preocupou muito com a eficiência da gestão de cada um e, também, com a infraestrutura dos Regionais, propiciando, nas suas duas gestões, reformas e construções de novas sedes para serem colocadas à disposição dos profissionais em vários Estados. Ela também se preocupou com a infraestrutura relacionada à atividade-fim do Conselho, que é a fiscalização, renovando a frota de veículos e o parque de informática, entre outras ações.

Gestão – O CFC tem trabalhado para a maior adesão e respeito às normas contábeis por parte dos órgãos governamentais. Quais suas metas no CFC específicas para esta área?

Carneiro – O CFC e a Secretaria do Tesouro Nacional tem buscado promover a convergência das normas brasileiras aplicadas ao setor público às normas internacionais editadas pela IFAC, o que representa uma grande mudança na contabilidade pública brasileira. Como toda mudança, esse processo está sendo desenvolvido por etapas, tendo o CFC editado, em 2008, as dez primeiras normas brasileiras aplicadas ao setor público, para vigência a partir de 2010 – exceto nos casos em que a legislação determine prazos diferentes. Esse esforço tem apresentado resultados extremamente satisfatórios. Como exemplo, pode-se citar a edição do Decreto nº 6.976, de 07/10/2009, que dispõe sobre o Sistema de Contabilidade Federal. Lembro que o CFC tem por objetivo concluir o processo de convergência das normas do setor público em 2012.

Gestão – O CFC trará para o Brasil realmente o Congresso Internacional de Contabilidade?

Carneiro – O Brasil vem evoluindo muito na área contábil e essa evolução começa a dar sinais mais fortes e evidentes no plano interno, mas é preciso que estabeleçamos uma identidade internacional. O Congresso Mundial de Contabilidade é a grande possibilidade que temos de mostrar ao mundo o nosso País em relação à Contabilidade. Trata-se da inserção definitiva do Brasil no contexto da contabilidade mundial. Esperamos que, em novembro, na Malásia, possamos reivindicar para o Brasil a condição de ser a próxima sede do Congresso, em 2014.

Gestão – Como será o programa de educação continuada do CFC daqui para frente?

Carneiro – O Programa de Educação Continuada do CFC é uma referência no País, assim como os programas que são desenvolvidos pela grande maioria dos CRCs. Talvez sejamos a categoria que mais investiu e que mais vem preparando adequadamente os profissionais na última década. O projeto, pelo histórico que tem, já o diferencia de quaisquer outros nesse sentido. Sua continuidade é uma necessidade e seu aperfeiçoamento é inerente: vamos buscar novas parcerias estratégicas e envolver, principalmente, a área pública, como a Secretaria do Tesouro Nacional, o Ministério da Fazenda, os Tribunais de Contas da União e dos Estados. Especialmente na área pública, esse envolvimento vai possibilitar a transferência de conhecimentos. Atualmente já temos parcerias com instituições que nos dão condições de disseminar a educação continuada na área pública, mas esse contato será incrementado. Na área privada, da mesma forma, as parcerias com a Fenacon, com os Sescons e com outros entes ligados à contabilidade, também vão nos dar condições de multiplicar ainda mais as informações que são necessárias aos profissionais. Nos próximos dois anos pretendemos intensificar as parcerias, tanto no nível público quanto no privado, para que o Programa de Educação Continuada seja fortalecido. ■

EMPRESÁRIOS GBRASIL INTEGRAM GESTÃO DE CRC'S

Representantes da aliança empresarial foram eleitos para
Conselhos Regionais de Contabilidade do Piauí, Ceará e Espírito Santo

A cada dois anos, a classe contábil brasileira, formada hoje por 416 mil profissionais ativos, se mobiliza em torno das eleições dos seus representantes nos conselhos profissionais. O pleito ganha dimensão e repercussão equivalentes a eleições legislativas. No

final de 2009, os 27 Conselhos Regionais de Contabilidade que integram o Sistema CFC passaram por mais um concorrido processo de renovação de seus quadros de conselheiros. Em todo o Brasil, o pleito de 2009 ocorreu dentro de um moderno sistema eletrônico implantado pelo CFC, com voto *online* e do qual todos os contabilistas ativos e em situação regular puderam exercer seu direito de voto. Nesta corrida, participaram chapas com os representantes mais ilustres e significativos da classe profissional e com campanhas cuidadosamente preparadas. Os objetivos principais foram levar o contabilista às urnas *online* e fazê-lo participar ativamente da instituição que cuida da regulamentação e fiscalização do exercício profissional. O Grupo Brasil de Empresas de Contabilidade - GBrasil, como primeira aliança empresarial da área contábil, teve vários de seus representantes participando de modo ativo do processo sucessório no sistema CRC/CFC e que saíram vitoriosos. No Piauí, estado

OS ESCOLHIDOS PELA CLASSE CONTÁBIL

 <p>Foto: João de Brito Coelho Jr</p>	 <p>Foto: Carlos Eugênio</p>	 <p>Foto: Meimer Carvalho</p>
<p>TERTULINO RIBEIRO PASSOS 49 anos, Vice-Presidente de Administração e Finanças do CRC/Piauí Empresa: Análise Contabilidade – Teresina-PI</p>	<p>CASSIUS RÉGIS COELHO 36 anos, Presidente do CRC/Ceará Empresa: Marpe Contadores Associados – Fortaleza-CE</p>	<p>RIDER RODRIGUES PONTES 59 anos, Vice-presidente de Registro do CRC/Espírito Santo Empresa: Unicon - União Contábil – Vitória-ES</p>

com 3.913 contabilistas ativos, Tertulino Ribeiro Passos foi eleito vice-presidente de Administração e Finanças do CRC. Ele é diretor da Análise Contabilidade | GBrasil, sediada em Teresina, empresa considerada referência no mercado piauiense. No Espírito Santo, estado com

7.528 contabilistas ativos, integrou a chapa 1, vitoriosa, o contador Rider Rodrigues Pontes, diretor da Unicon, União Contábil |GBrasil. O empresário passa a ocupar a vice-presidência de Registro do CRC/ES.

No Ceará, Cassius Régis Coelho, da Marpe|GBrasil, comemorou inúmeras vitórias. Além do cargo de presidente do CRC/CE, o diretor da empresa contábil foi duplamente destacado por ser o mais jovem conselheiro eleito. Aos 36 anos, Cassius segue o exemplo de representação da classe demonstrada pelo pai e pelos tios. Ele é filho do contador Pedro Coelho Neto, diretor do GBrasil e um dos líderes destacados da profissão, e sobrinho de Martônio Coelho e Maria Clara Cavalcanti Bugarim, ambos ex-presidentes do Conselho Federal de Contabilidade. A solenidade de posse de Cassius, em Fortaleza, reuniu lideranças de todo o País (*veja coluna Em Síntese, pág 32*). É o GBrasil participando da história da profissão contábil. □

CantorCO2e

CARBONO BILIONÁRIO

Empresa do Grupo Cantor Fitzgerald faz Brasil agregar volume e valor ao mercado internacional de crédito de carbono, *commodity* ambiental considerada "ouro do futuro" e que registrou em 2009 movimento de US\$ 126 bilhões

POR DIVA BORGES

Foto: José Carlos Barreta | Hype



O engenheiro agrônomo Divaldo Rezende, diretor executivo da CantorCO2e Brasil: "E ainda há gente que acredita que o mercado de carbono ainda não aconteceu".

Quase três meses após a COP 15, o Brasil prepara-se para um fato histórico no cenário internacional de controle do clima. Em 25 de março, o País irá assistir ao seu primeiro leilão de créditos de carbono na BMF/Bovespa voltado ao mercado voluntário, ou seja, para quaisquer empresas ou pessoas físicas que queiram investir em *commodity* ambiental, independentemente de força legal que as obrigue a neutralizar suas emissões de CO₂ no planeta. Os créditos derivam de projetos ambientais aplicados em 12 cerâmicas brasileiras. Consideradas grandes

emissoras de CO₂, as indústrias cerâmicas (*veja lista na página seguinte*) abraçaram projetos geridos pela Carbono Social Serviços Ambientais (*empresa da CantorCO2e*) que as ajudaram a reduzir suas emissões por meio do uso de biomassa renovável como energia. Estas indústrias passaram a substituir madeira como fonte de energia em suas linhas de produção por bagaço de cana, caroço de açaí, casca de arroz e outras biomassas renováveis. Essa troca lhes conferiu créditos da ordem de 180 mil toneladas de carbono equivalentes, que passarão a ser vendidas ao mercado investidor.

A reação do mercado diante dessas ações ainda é considerada uma incógnita para os fomentadores da operação, mas Divaldo Rezende, diretor executivo da CantorCO2e, arrisca-se a descrever o perfil dos compradores. “Acredito que serão as empresas que já vêm fazendo seu inventário e também a redução de suas emissões. Empresas como Natura, Rede Energia, CESP, Ibope, Osklen e Energias do Brasil, apesar de não serem consideradas grandes emissoras e não estarem sujeitas formalmente a esta questão, irão se antecipar, voluntariamente, dentro da responsabilidade corporativa de cada uma delas. Elas deverão adquirir créditos para neutralizar suas emissões”, prevê Rezende, agrônomo especializado em planejamento ambiental e considerado uma das sumidades mundiais na área de carbono. Segundo ele, deverá haver também um movimento por parte das grandes emissoras de CO₂, que são empresas de petróleo, cimenteiras e siderúrgicas. Uma novidade nesse leilão é que ele proporcionará, com a participação de BGC Liquidez Corretora, uma mesa negociadora de crédito de carbono em língua portuguesa. Até então, as empresas brasileiras que queriam comprar créditos de carbono, tinham que buscar seus negócios lá fora, em língua inglesa.

Brasil como exportador de créditos de carbono

O primeiro leilão do mercado voluntário brasileiro representa mais um passo para a consolidação de um setor de créditos de carbono que, na análise da CantorCO2e, tem muito a crescer e que já teve suas primeiras incursões oficiais em dois outros leilões voltados para o mercado regulado, dentro dos padrões ditados pelo Tratado de Quioto. “Se quantificarmos o volume de créditos que entra hoje no Brasil derivados de projetos ambientais, veremos que crédito de carbono está entre os 25 produtos mais exportados pelo País”, analisa Divaldo Rezende.

Neste contexto, a CantorCO2e tem ocupado um espaço significativo. Braço do grupo financeiro Cantor Fitzgerald no Brasil, a empresa tem atuado de modo consistente na prospecção, elaboração, implementação e comercialização de projetos ambientais, notadamente para o mercado voluntário, do qual detém 95% de participação. Do mercado regulado, a empresa responde no País por aproximadamente 10% dos projetos de Quioto.

O Brasil tem hoje 8,8% do total dos projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo - MDL registrados na Organização das Nações



Foto: Imin/Stock

PROJETOS DE USO DE BIOMASSA RENOVÁVEL EM CERÂMICAS BRASILEIRAS

Conjunto de projetos da Carbono Social/Cantor CO₂e no Brasil gerou créditos da ordem de 180 mil toneladas de CO₂ equivalentes. Primeiro leilão para o mercado voluntário acontecerá na BMF/Bovespa, em março, e terá preços iniciais dos lances indicados por lotes que variam de acordo com o período de geração dos créditos de carbono - entre R\$ 8,00 e R\$ 14,00 por unidade

- | | |
|--|------------------------------------|
| ■ Cavalcante (São Miguel do Guamá -PA) | ■ Velotex (Itabaiana-SE) |
| ■ Irmãos Fredi (Presidente Epitácio- SP) | ■ Tapajós (Paulicéia-SP) |
| ■ Pôr do Sol (Paulicéia-SP) | ■ Santorini (Ituiutaba -MG) |
| ■ Sol Nascente (Panorama-SP) | ■ Barbosa (São Miguel do Guamá-PA) |
| ■ Bom Jesus (Paudalho-PE) | ■ Guarai (Itaboraí-RJ) |
| ■ JL Silva (Lajeado-PE) | ■ Santa Izabel (Itaboraí-RJ) |

Unidas – ONU, ocupando a terceira posição, atrás da China (37%) e Índia (27%). São 427 projetos, grande parte envolvendo energias renováveis (49%).

Cantor na liderança das commodities ambientais

Num mercado avaliado em US\$ 126 bilhões (2009), a CantorCO2e atua com *commodities* ambientais desde 1992 e está presente em cinco continentes, com escritórios nos Estados Unidos, Inglaterra, Índia e Japão. É considerada líder mundial de serviços estratégicos financeiros para mercados de energia e meio ambiente. Suas *commodities* ambientais contam com uma plataforma eletrônica de leilão exclusiva – a Auction System. Esses diferenciais de conhecimento e tecnologia têm lhe conferido credibilidade e reconhecimento junto a instituições internacionais do mercado de carbono e também um leque de investidores de peso, capazes de viabilizar um número substancial de projetos de MDL. Entre seus clientes estão nomes como JPMorgan, Petrobras, Santander, Banco do Brasil, Natura, Gerdau e Cargil. São organizações



Foto: iainiStock

O percurso de um projeto ambiental que visa gerar créditos de carbono comercializáveis no mercado

- 1 - Estudo de adequação do projeto (nem todo projeto ambiental tem o perfil gerador de crédito)
- 2 - Elaboração do Documento Conceitual do Projeto dentro dos parâmetros e metodologias previstas, inclusive com estudo de viabilidade econômica
- 3 - Implementação do projeto
- 4 - Avaliação por uma auditoria independente
- 5 - Aprovação da Comissão Interministerial de Mudanças Globais de Clima (formada por membros do Ministério da Ciência e Tecnologia e do Ministério do Meio Ambiente)
- 6 - Aprovação e registro na UNFCCC – United Nations Framework Convention on Climate Change
- 7 - Monitoramento da implementação do projeto durante um ano por entidade operacional designada pela UNFCCC
- 8 - Apresentação de relatório final da entidade operacional para a UNFCCC comprovando que a redução das emissões está realmente ocorrendo e em que proporção
- 9 - Emissão dos créditos de carbono pelo sistema de registro da UNFCCC (a exemplo de papel moeda, emitidos com número de série)

O TAMANHO DO MERCADO MUNDIAL DE CRÉDITO DE CARBONO (2009)

Voluntário	US\$ 704 milhões
Regulado	US\$ 125 bilhões

que vêm buscando elaborar seus inventários de emissões de CO₂, implantar projetos de redução de emissões ou efetivar a compra e venda de créditos de carbono.

A previsão é de que, em 2020, o mercado mundial de crédito de carbono atinja a cifra de US\$ 1 trilhão, a considerar a curva de crescimento do setor. “E ainda há gente que acha que o mercado de crédito de carbono ainda não aconteceu”, ironiza Divaldo Rezende.

Atividades da CantorCO2e no Brasil

Com uma equipe multidisciplinar, formada por engenheiros ambientais, agrônomos, engenheiros eletricitas, advogados, economistas e administradores, a CantorCO2e Brasil, além de estruturar projetos ambientais, presta consultoria fazendo o inventário das emissões das empresas. Através de seus relatórios, as companhias passam a ter conhecimento de quanto contribuem para o efeito estufa, considerado responsável pelas dramáticas mudanças climáticas que vêm ocorrendo no planeta.

“O consumo de energia elétrica, o deslocamento de funcionários, o número de viagens aéreas, o consumo de papel; tudo isso influencia numa maior ou menor emissão de CO₂ de uma

empresa”, enumera o diretor executivo da CantorCO2e. Com base neste relatório, a companhia pode montar sua estratégia para reduzir suas emissões e também ir ao mercado para comprar créditos que as possibilitem neutralizar suas emissões. “Esse inventário se torna um instrumento de gestão de recursos, pois reduzir emissões de gases de efeito estufa significa também reduzir custos operacionais”, analisa Rezende.

Oportunidades de investimento

Cabe também à CantorCO2e fazer a modelagem financeira de projetos ambientais geradores de crédito, prevendo investimentos e retorno sobre eles. Como grande parte dos projetos necessita no mínimo de dois anos para percorrer seu caminho técnico-burocrático (*veja box acima*), os créditos de carbono podem ser vendidos antecipadamente, garantindo recursos para sua implementação. “Bancos internacionais aceitam essas operações, dentro de um processo de securitização de contratos de compra e venda”, explica Divaldo. Isso significa que alguma empresa interessada em comprar créditos de carbono de determinado projeto pode firmar um contrato de compra com pagamento na entrega desses

créditos; e o dono do projeto pode repassar esse contrato aos bancos.

No Brasil, o setor que mais tem projetos validados em âmbito nacional é o voltado para a área de energia. Eles prevêem maior eficiência para pequenas e grandes centrais hidrelétricas (PCHs e UHEs), implantação de parques eólicos e painéis solares, bioenergia, a repotenciação das usinas hidrelétricas e melhorias no sistema de distribuição e transmissão de energia.

Mas são muitas e variadas as oportunidades de ajudar o planeta e gerar negócios de crédito de carbono, especialmente entre pequenas e médias empresas, (a exemplo das indústrias ceramistas). “O que falta é a informação ao empresariado”, garante o diretor executivo da CantorCO2e. Nesta lista estão projetos potenciais para as áreas de tratamento de lixo e esgotos, aproveitamento de resíduos gerados pelas das indústrias de açúcar e álcool, tratamento de dejetos de animais no ambiente de suinocultura e frigoríficos, reflorestamento e recuperação de áreas degradadas e iniciativas diversas de indústrias que se proponham a diminuir ou substituir matéria-prima que derive de recursos naturais não renováveis. São projetos que buscam a eficiência ecológica, geram energia para consumo das próprias linhas de produção, reduzem custos, desperdícios e ainda geram um novo e cobiçado produto para o mercado internacional: o crédito de carbono.

GBrasil no mercado de carbono

A Domingues e Pinho Contadores | GBrasil acompanha de perto as operações da CantorCO2e, baseadas em São Paulo, Capital.

A empresa é responsável pela parte fiscal e contábil dos negócios da unidade de *commodities* ambientais do Grupo Cantor Fitzgerald no Brasil. Para o presidente da DPC, Manuel Domingues e Pinho, a Cantor trouxe ao País a sua experiência no mercado internacional de crédito de carbono e também o padrão exigente de seus procedimentos contábeis. “Percebemos que esse mercado vem operando com transparência e rigor, mostrando que o produto ‘crédito carbono’ é hoje uma realidade para a maioria das corporações que alinham seus negócios a sua responsabilidade ambiental”, analisa. □

SAIBA MAIS SOBRE A CANTORCO2E BRASIL EM WWW.CO2E.COM

ORGANIZANDO EVENTOS "CARBONO NEUTRO"



Olimpíadas de Inverno de Vancouver 2010: evento com emissões de CO₂ neutralizadas com a compra de créditos

O mercado voluntário de crédito de carbono está crescendo não apenas com a iniciativa do mundo corporativo, mas também com múltiplas ações junto à sociedade. Por exemplo, por meio dos comitês organizadores de grandes eventos, um dos perfis de clientes da CantorCO2e. Vem se tornando uma praxe a aquisição de créditos de carbono como medida de neutralização das emissões de CO₂ provocadas por esses eventos. É o caso da Olimpíada de Inverno de Vancouver, que ocorre neste primeiro trimestre de 2010. Seus organizadores foram ao mercado “pagar” sua conta de CO₂. Outra que neutralizou suas emissões de dióxido de carbono antecipadamente foi a Copa do Mundo ocorrida na Alemanha, em 2006. No Brasil, a Natura fez em 2009 um evento “verde”, o Festival Natura About Us, em cujo acesso foram ofertados créditos de carbono aos participantes interessados em neutralizar suas emissões. Em contexto diferente, algumas companhias aéreas internacionais já perguntam no balcão se o passageiro quer neutralizar as emissões de sua viagem e adquirir créditos. Essa orientação ainda não chegou nos aeroportos brasileiros, mas deve se tornar realidade em breve, por meio das aéreas verde-amarélas que pousam em aeroportos europeus.

Cisão de empresa x Opção pelo Simples

▶ Há restrições (impedimento) para empresa desmembrada ou resultante de cisão optar pelo Simples Nacional?

GATTI | GBRASIL RESPONDE – Para as micros e pequenas empresas que queiram aderir ao Regime do Simples Nacional, a cisão é desaconselhada, visto que empresas resultantes do processo de cisão ou desmembramento não podem optar por este regime tributário durante o período de 5 anos, a contar da data de tal desmembramento ou cisão, conforme item IX do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/06. Em todo processo de cisão, ou qualquer outro desmembramento de empresa, é aconselhável o amparo de profissionais das áreas contábil e jurídica.

Consulte base legal em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Leis/LCP/Lcp123.htm> □

Neutralidade tributária para as optantes do RTT

▶ As regras de neutralidade tributária dos efeitos das novas práticas contábeis aplicam-se apenas às optantes pelo RTT?

ORCOSE | GBRASIL RESPONDE – Sim. Conforme versa o artigo 16 da Lei 11941/2009, as alterações introduzidas pela Lei 11638/2009 e pelos artigos 37 e 38 da Lei 11941/09, que modifiquem o critério de reconhecimentos de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica sujeita ao RTT, devendo ser considerados para fins tributários os métodos e critérios contábeis vigentes em 31/12/2007.

Base legal: Solução de Consulta 378 SRRF-8ªRF, de 27-10-2009. □

Tributação sobre indêbitos tributários recuperados

▶ Qual a incidência de tributos e contribuições na recuperação de indêbitos tributários?

ORCOSE | GBRASIL RESPONDE – Haverá a tributação do

Imposto de Renda e da Contribuição Social conforme artigos 224 e 225 do RIR. Com relação ao PIS e à Cofins, se a pessoa jurídica for tributada pelo Lucro Presumido, por se tratar de Outras Receitas, não haverá tributação, conforme artigo 79 da Lei 11941/2009 que revogou o § 1º do art. 3º da Lei nº 9.718/98, restringindo a incidência do PIS e da Cofins – somente sobre o faturamento. Em sendo Lucro Real, será tributado normalmente.

Base legal: Solução de Consulta 369 SRRF-8ª RF, de 19-10-2009 □

Novas regras para entrega da DCTF

▶ Quais as novas regras para apresentação da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF) quanto à periodicidade, forma e prazo?

RUI CADETE | GBRASIL RESPONDE – As novas regras para apresentação da DCTF, a partir 1º de janeiro de 2010, instituídas pela IN 974 RFB de 27.11.2009, são:

1. Estabelece a entrega mensal da DCTF para todas as pessoas jurídicas obrigadas a sua entrega.

2. Dispensa a entrega da DCTF pelas pessoas jurídicas que não tenham débito a declarar, exceto da declaração referente ao mês de dezembro do ano-calendário, quando então deverá indicar os meses em que não teve débito a declarar.

3. Estabelece a obrigatoriedade de apresentação da DCTF para os órgãos públicos da administração direta da União e as autarquias e fundações públicas federais para os fatos geradores que ocorrerem a partir de 1º de julho de 2010.

4. Institui a obrigação de utilização de certificado digital para entrega da DCTF para todas as pessoas jurídicas obrigadas a sua entrega.

5. Estabelece que a cobrança administrativa dos saldos a pagar, realizada pela RFB antes da inscrição em Dívida Ativa da União, será efetuada por meio da Caixa Postal eletrônica disponível no e-CAC. □

Incidência de IR sobre adiantamento a empregado

► Em que circunstância o adiantamento a empregado é sujeito a tributação pelo IR?

DPC | GBRASIL RESPONDE – Conforme disciplina o § 1º do artigo 621 do Decreto 3.000/99 (Regulamento do Imposto de Renda), se o adiantamento referir-se a rendimentos que não sejam integralmente pagos no próprio mês, o imposto será calculado de imediato sobre esse adiantamento, com exceção do rendimento relativo ao 13º salário. Cabe ressaltar, que o adiantamento de rendimentos correspondentes a determinado mês não estará sujeito à retenção, desde que sejam integralmente pagos no próprio mês a que se referirem, momento em que serão efetuados o cálculo e a retenção do imposto sobre o total dos rendimentos pagos no mês. Para efeito de incidência do imposto, serão considerados adiantamentos quaisquer valores fornecidos ao beneficiário, pessoa física, mesmo a título de empréstimo, quando não haja previsão, cumulativa, de cobrança de encargos financeiros, forma e prazo de pagamento. □

Tributação de subvenções para investimento

► Em que hipótese as subvenções para investimento serão tributadas?

DPC | GBRASIL RESPONDE – Nas seguintes hipóteses:

I – capitalização do valor e posterior restituição de capital aos sócios ou ao titular, mediante redução do capital social, hipótese em que a base para a incidência será o valor restituído, limitado ao valor total das exclusões decorrentes de doações ou subvenções governamentais para investimentos;

II – restituição de capital aos sócios ou ao titular, mediante redução do capital social, nos 5 (cinco) anos anteriores à data da doação ou da subvenção, com posterior capitalização do valor da doação ou da subvenção, hipótese em que a base para a incidência será o valor restituído, limitado ao valor total das exclusões decorrentes de doações ou de subvenções governamentais para investimentos; ou

III – integração à base de cálculo dos dividendos obrigatórios.

Base legal: Lei 11.941/2009, art. 18; IN RFB nº 949/2009, art. 4º. □

Consulte o GBrasil: consultoria@gbrasilcontabilidade.com.br

**AGORA, O DOMÍNIO CONTÁBIL PLUS
IMPORTA NF-e DIRETAMENTE DO
SITE DA RECEITA FEDERAL. VOCÊ
PASSA MENOS HORAS DIGITANDO E
OCUPA O SEU TEMPO COM O QUE
REALMENTE IMPORTA.**

Com essa nova tecnologia, basta digitar a chave da NF-e ou ainda utilizar um leitor ótico. O próprio sistema se conecta à internet, realiza a busca no site da Receita e importa os dados automaticamente. Mais uma grande novidade que chegou para facilitar ao máximo o dia-a-dia dos contabilistas.
Aguarde! Em breve teremos mais lançamentos.

dominio
sistemas

A sua melhor escolha



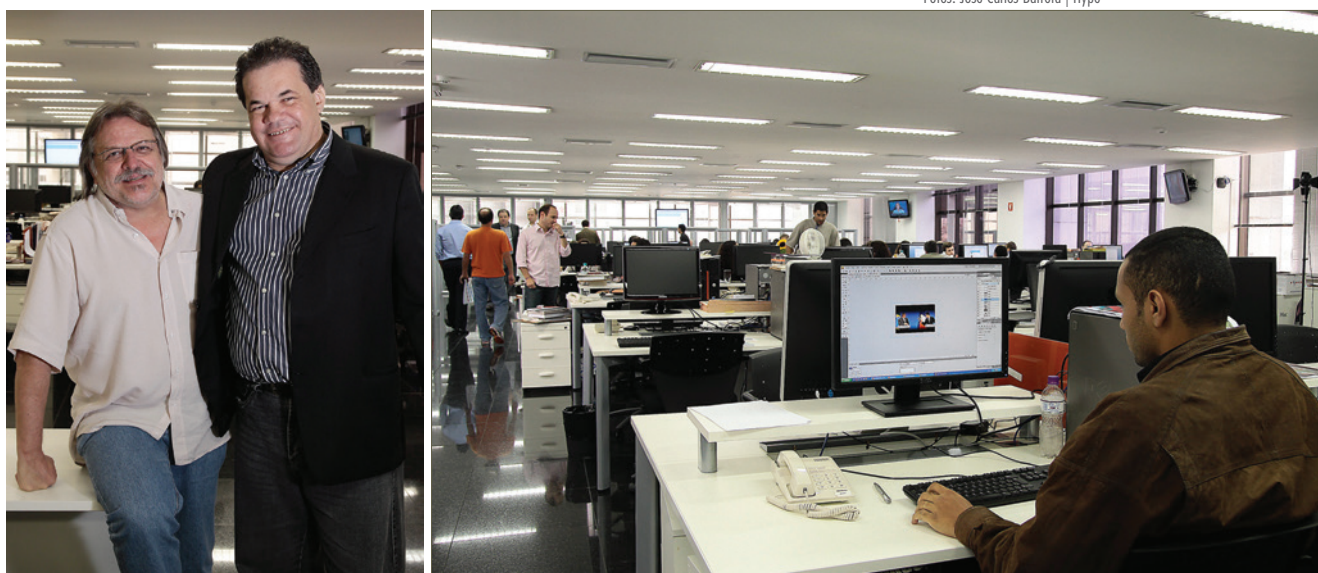
BRASIL ECONÔMICO

UM NOVO JORNAL NAS BANCAS DO PAÍS

Com inovações de conteúdo e de design, o recém-lançado jornal "Brasil Econômico", do grupo português Ongoing, já faz a diferença no concorrido mercado editorial brasileiro

POR ANDRÉA ANTONACCI E W.F.PADOVANI

Fotos: José Carlos Barreta | Hype



O jornalista Ricardo Galuppo (à direita), diretor de Redação do novo jornal de economia, e o diretor de arte, Pena Placeres. Ao lado, a redação do diário, na Av. Nações Unidas, em São Paulo

Desde seu lançamento, em outubro de 2009, o jornal *Brasil Econômico* vem se destacando no cenário editorial e nas bancas de todo o País. Impresso em papel da cor salmão, uma novidade entre os concorrentes, o jornal uniu um design moderno, leve e atrativo a um conteúdo diversificado e vem conquistando rapidamente os leitores preocupados com os rumos financeiros do País — e do mundo.

A tiragem inicial de 51 mil exemplares desse tablóide de 48 páginas de circulação nacional ocupa um espaço que ficou ainda mais instigante depois que a *Gazeta Mercantil*, que era um clássico do setor, fechou as portas em agosto último. Mas, apesar de canalizar boa

parte dos leitores do ex-jornal, o *Brasil Econômico* não surgiu exatamente para substituir a *Gazeta*. São jornais bem diferentes, na concepção de seus mentores. “A *Gazeta* tinha um perfil conservador. A nossa proposta é mais abrangente, com artigos e reportagens mais gerais”, compara Ricardo Galuppo, diretor de redação da nova publicação, jornalista com vasta experiência na área (foi editor das revistas *Veja* e *Exame*, da Editora Abril, e diretor de redação da *Forbes Brasil*).

Rico em publicações econômicas — tais como o *Valor*, principal concorrente do novo jornal, as revistas *Exame* e *IstoÉ Dinheiro* e os cadernos de economia dos grandes jornais brasileiros — o mercado editorial poderia pa-

Raio X do jornal Brasil Econômico

- ▶ Circulação: Brasil, com parte do conteúdo editorial eventualmente reproduzido nos jornais Diário Econômico, de Portugal, e Expansão, da Angola — ambos do Grupo Ongoing
- ▶ Periodicidade: diária (segunda a sábado)
- ▶ Início da circulação: 08.10.09
- ▶ Tiragem inicial: 51 mil exemplares
- ▶ Tiragem em 11.01.10: 61 mil exemplares
- ▶ Número de jornalistas: 85
- ▶ Número de páginas: 48
- ▶ Tamanho: 25 cm x 34,8 cm
- ▶ Suplementos: Out Look (semanal, dedicado a cultura) e Fora de Série (revista mensal de variedades, com foco em perfis de pessoas do universo empresarial e da sociedade)
- ▶ Número de Assinantes: 12 mil
- ▶ Sede: São Paulo, capital
- ▶ Sucursais: Brasília e Rio de Janeiro. Em fase de implantação, Porto Alegre



recer congestionado demais. Mas não, tanto que o *Brasil Econômico* iria ser lançado mesmo se a *Gazeta* sobrevivesse. Além das incessantes mudanças econômicas no País, e no planeta, o que desperta o crescente interesse das pessoas por informações que mexem com seu bolso, alguns números explicam o poder desse ramo jornalístico: o Brasil tem mais de 1,6 milhão de estudantes de Administração, Economia, Ciências Contábeis e Direito (dados do Censo da Educação Superior de 2007), 500 mil investidores — não por acaso, aliás, o novo jornal dedica muitas linhas significativas de seu cardápio a pessoas que aplicam dinheiro em fundos e afins — e 6 milhões de empreendedores, uma das maiores taxas relativas de todo o mundo.

Investimento português no Brasil

A chegada do *Brasil Econômico* é o ponto culminante de uma operação que começou cerca de um ano atrás, quando o grupo português Ongoing decidiu exportar aos brasileiros o modelo do seu *Diário Econômico*, título consagrado em Portugal. O grupo enxergou uma brecha, com atraente oportunidade de ampliação, para um jornal nos moldes do *Brasil Econômico*. O Ongoing possui sólida estrutura — seus controladores, entre outros negócios, são acionistas da Portugal Telecom, e portanto da Vivo no Brasil, e do Banco Espírito Santo, e portanto do Bradesco. Em Portugal, além do Diário, são donos do jornal *Semanário Econômico* e da TVI, a líder de audiência naquele país.

Pela legislação brasileira, que não permite a estrangeiros um controle acionário maior que 30% em empresas de comunicação, o jornal ficou subordinado a uma organização cujas ações dividem-se em 70% para a família Mascarenhas Vasconcellos, de nacionalidade luso-brasileira, e os 30% restantes para Ongoing. A administração da empresa no Brasil segue uma fórmula em que parte da rotina burocrática, como os processos de faturamento e pagamento, é toda terceirizada (veja pág. 19). Ainda que originário do *Diário Econômico*, o *Brasil Econômico* tem estilo próprio. “Um jornal é diferente do outro porque os problemas e as virtudes da economia do Brasil também são diferentes em relação a Portugal”, diz Galuppo. “A economia brasileira, só para dar um exemplo, é bem mais diversificada.” E é mesmo. Afinal, bem longe dos padrões de Portugal, nenhum setor está à frente com larga vantagem na economia do País. Nenhuma área de produção brasileira é responsável por mais de 11% do PIB — o número relativo ao agronegócio, uma potência do país. E os outros ramos — automobilístico, eletrônico, financeiro etc. — estão sob o mesmo guarda-chuva, mas têm interesses bastantes diferenciados. Em resumo: a economia do Brasil é mais complexa.

É por esta profusão de temas de interes-



Foto: José Carlos Barreto | Hype Fotografia

se, que os 125 profissionais do Brasil, entre os quais 85 jornalistas, se esforçam a cada fechamento para tentar traduzir o que acontece nas engrenagens econômicas do País, seja nos bastidores de Brasília ou na mesa do gerente do banco da esquina mais próxima do leitor ou, ainda, no balcão da microempresa que, como todas as outras, ajuda a impulsionar a indústria e o comércio no Brasil. Por falar nisso, o crescimento das classes D e E, fenômeno que ocorreu ultimamente após medidas que vêm se solidificando já desde o governo FHC, e que despontaram sob a égide do Lula, também integra o menu da publicação.

Salmão nas páginas diárias

A cor do papel da nova publicação, o salmão, é uma novidade no jornalismo econômico do País — mas não na imprensa como um todo. O *Jornal dos Sports*, do Rio de Janeiro, e o inglês *Financial Times* também usam papel de cores não convencionais.

Para trabalhar sobre o papel salmão, a redação — especificamente a arte e a fotografia — teve que incluir mais uma etapa no processo de fechamento: justamente como usar a cor de fundo sem provocar traumas no design. “Temos que cuidar ainda mais das fotos e da impressão como um todo”, conta Pena Placeres, diretor de arte do jornal e que, assim como Galuppo, passou pelas principais publicações do país. “Nas fotos sempre temos que subir ou baixar alguma cor para o resultado ficar no nível que buscamos.” Por isso quem trabalha sob o comando de Placeres tem uma rotina

detalhista de, como se diz nas redações, subir o amarelo, tirar o azul ou eliminar o magenta.

Impressões regionalizadas

Quanto à impressão, o *Brasil Econômico* traz duas outras novidades. A primeira é que o jornal é impresso como revista, num processo denominado impressão a quente, o que proporciona maior qualidade a cada página. A segunda, são as impressões regionalizadas no Nordeste e no Sul do País e que deverão ser implementadas a longo prazo. O objetivo é acelerar ainda mais o trajeto do jornal das máquinas para as bancas — e conseqüentemente para os leitores. A primeira etapa aconteceu em Criciúma-SC, onde foram impressos 10 mil exemplares.

“Cada vez mais os leitores querem ficar bem informados no menor tempo possível”, reforça Galuppo. Assim, a maior reportagem de uma edição do *Brasil Econômico* tem no máximo 3 mil caracteres. E para agilizar ainda mais a leitura, o texto tem tratamento especial. “Tem que ser denso, com bastante informação, mas não chato. Ao contrário, precisa ser leve, agradável, fácil.”

Conectado enfim com o novo mundo, e sobretudo com os leitores do novo mundo, o *Brasil Econômico* já dá passos rumo ao futuro. Logo lançará conteúdo na WebTV — e também por celular. “Somos a novidade do jornalismo econômico do País e até por característica genética estaremos em todas as tecnologias de mídia avançadas”, projeta Galuppo. “A modernidade realmente integra o nosso negócio.”

SAIBA MAIS EM WWW.BRASILECONOMICO.COM.BR

CONTAS TERCEIRIZADAS

Jornal inova também na estrutura de suas operações

A operação que sustenta o *Brasil Econômico* tem como pilar uma inédita estrutura na mídia brasileira – a terceirização do controle das áreas Contábil, Fiscal, Financeira, Departamento Pessoal, Faturamento e Controladoria. A missão cabe à DPC - Domingues e Pinho Contadores | GBrasil –, que também foi responsável por parte do trâmite de legalização da empresa no País, ao lado do escritório Pinheiro Neto Advogados. “O jornal ficou com a parte comercial e obviamente com a redação; o restante está com a DPC”, diz Luiz Flávio Cordeiro,

Foto: Paulo Pompa/Imagem | Hype



diretor da DPC (foto ao lado). Uma diferença em relação aos outros clientes da DPC é que o jornal não possui uma central de compras específica. “Cada área gera gastos e receitas”, explica Luiz Flávio. Isso levou a algumas adaptações no atendimento da conta — e também a sistemas de informática com pontos específicos. Segundo Ricardo Galuppo, a DPC garante o suporte para que o jornal trabalhe em consonância com a legislação brasileira, o que é muito importante para a imagem de um veículo de comunicação. □



Invista em crescimento

Software Integrado de **Gestão Contábil**

ESCOLHA A **NASAJON SISTEMAS**

Reconhecida como a **Melhor Empresa do Setor de Serviços** (Fecomércio/2008) e uma das **Melhores Empresas do Setor de Aplicativos** (Informática Hoje/2009).

Além disso, você conta com o diferencial de atendimento, responsável por índices de satisfação da ordem de 98%*. Faça como mais de **15 mil empresas** em todo o Brasil. Escolha sistemas Nasajon.

CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA **CONTADORES**

- contabilidade
- escrita fiscal
- protocolo
- folha de pagamento
- recursos humanos
- controle de ponto
- gestão financeira
- estoque
- faturamento
- contas a pagar e receber

Sua empresa está obrigada ao Sped Fiscal?
Confira gratuitamente pelo **Sped Consulta** em nosso site.

4003-9399 • escolha@nasajon.com.br • www.nasajon.com.br



NASAJON
S I S T E M A S
Software de Confiança

INDÚSTRIAS PETROLÍFERAS E CONTEÚDO LOCAL

Origem, regulamentação, perplexidade e efeitos
sobre as indústrias de petróleo no Brasil

POR ANDREA FALCÃO BITTENCOURT

No final dos anos 60 e início dos 70, nosso país vivenciou uma fase desenvolvimentista, que se apoiou numa forte presença do estado na economia, sendo uma das preocupações do governo daquela época, a preservação do mercado nacional para uma nascente indústria brasileira, que começava a se diversificar.

Assim, paralelamente à política de substituição das importações, criou-se um mecanismo de proteção à engenharia nacional, na área da construção civil. Este mecanismo foi extinto no governo Collor, que abriu a economia brasileira para o exterior.

Com o advento da Constituição de 1988, de cunho marcadamente liberal, a economia brasileira, apoiada no livre mercado sob o aspecto econômico e, no aspecto político, no pleno exercício da democracia, viu expandir as exportações e importações, com reflexos muito positivos na vida dos brasileiros.

Especificamente com relação à indústria de exploração e produção de petróleo, pode-se dizer que, a partir de 1997, com a entrada em vigor da então nova Lei 9.478, o caminho percorrido não foi diferente, com a flexibilização do monopólio e a nova função da Petrobras que, de executora do monopólio em nome da



União, transformou-se numa concessionária igual às demais petrolíferas em atuação no País; tudo isso concorrendo para uma forte expansão da indústria do setor.

Sucedeu que, apesar de todo esse cenário liberalizante, os contratos de concessão firmados desde a chamada Rodada Zero davam preferência ao uso de produtos e serviços nacionais pelos concessionários, desde que disponíveis em condições de preço, prazo e qualidade comparáveis aos do mercado internacional.

Além disso, vedava aos concessionários adoção de procedimentos discriminatórios em relação à indústria brasileira, devendo obrigatoriamente, apresentar especificações para fornecimento em língua portuguesa e igual prazo para apresentação das propostas e para produção do bem.

A ANP ainda utilizou, desde a 1ª rodada licitatória, o percentual de oferta de aquisição de conteúdo nacional como um dos critérios de julgamento das propostas apresentadas.

Em 2003, com o segmento do petróleo cada vez mais forte na economia brasileira e sob o argumento de representar um fator de criação de emprego e geração de divisas, o governo resolveu, através do CNPE, baixar naquele ano a Resolução Nº 8, determinando que a ANP fixasse percentual mínimo de conteúdo nacional

para fornecimento de bens e serviços utilizados nas atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural.

A partir daí, os editais das rodadas subsequentes passaram a prever um percentual mínimo de conteúdo nacional a ser usado pelos concessionários, inaugurando na indústria do setor um movimento nitidamente protetivo da indústria brasileira. Isto aparece de forma ainda mais explícita no contrato de concessão utilizado na 7ª Rodada, que estabeleceu que os compromissos dos concessionários quanto à aquisição local de bens e serviços seriam comprovados junto à ANP com a apresentação de certificados de conteúdo nacional, cabendo à Agência a missão de implantar o novo sistema de certificação.

Assim, a fim de regular esta imposição, a ANP baixou as resoluções 36 e 39, aprovando os regulamentos 06 a 09, destinados à criação da modelagem de certificação de conteúdo local a ser utilizada nas atividades de exploração e produção de petróleo e gás, no âmbito do contrato de concessão.

Os regulamentos 07 e 09 têm por escopo operacionalizar a criação da modelagem de certificação, ou seja, eles estabelecem as formas do cadastramento e credenciamento das certificadoras, da auditoria feita pela ANP nas certificadoras e dos relatórios de investimentos locais em exploração e desenvolvimento da produção, cuja finalidade é subsidiar a comprovação dos percentuais mínimos estabelecidos.

Note-se que estes regulamentos não trazem alto grau de complexidade em termos de compreensão, razão pela qual não geraram grande reação negativa por parte da indústria, a não ser quanto ao fato, lançado já no contrato, da obrigatoriedade da certificação em si.

Por outro lado, o regulamento 06, que cuidou de definir critérios e procedimentos para execução das atividades de Certificação de Conteúdo Local e que contém a Cartilha de Conteúdo Local, vem causando grandes transtornos à indústria como um todo (concessionários, fornecedores e certificadoras), dado o alto grau de dificuldade de compreensão e de adequação às novas regras. É natural que, em se tratando da implementação de uma metodologia nova e desta monta, haja um tempo de maturação do setor para aprender a lidar com o novo. É a chamada curva de aprendizado. Isto, inclusive, foi previsto pela ANP, que estabeleceu, no artigo 3º da Resolução 36, uma fase de transição até que o regulamento 06 entrasse em vigor, conferindo, assim, um prazo para que os agentes envolvidos

pudesse se preparar para as novas regras.

Entretanto, ainda assim, observa-se que, o que deveria ser um simples critério de aferição para a aquisição de bens e serviços de conteúdo local, tem sido, na verdade, um difícil instrumento de compreensão para todos os agentes, com a Cartilha, inclusive, apresentando incongruências, dentre as quais a contida no item 3.14.5 do regulamento, que confunde “bem” com “serviço” para fins de realização da chamada certificação única.

Destaca-se que esta dificuldade na implementação das certificações traz incertezas e, até mesmo, risco de aplicação de multas para os concessionários, que têm prazo a cumprir para execução dos programas exploratórios e de desenvolvimento e para a comprovação do conteúdo local junto à ANP.

Por todas estas razões, a vinda da Nota Técnica ANP 012/2009, trazendo esclarecimentos sobre o processo de certificação de conteúdo local, foi bem recebida pelos atores do setor. Em especial, pelos fornecedores de bens e serviços que são, em última análise, os que efetivamente têm que obter a certificação para atender aos concessionários, mas não têm possibilidade de interlocução direta com a ANP para tirar dúvidas (somente via certificadoras).

Contudo, ainda que se possa dizer que a indústria está atravessando a fase do “entendimento do problema”, verifica-se que existe um caminho a ser percorrido até que se atinja um grau de aperfeiçoamento do modelo de certificação que o torne mais eficiente sob os aspectos de custo, prazo e qualidade. Este caminho será mais curto ou mais longo a depender do efetivo empenho da ANP em ampliar o diálogo e a interação com os concessionários e, sobretudo, com os fornecedores de bens e serviços.

A conclusão que se tira de todas essas informações é que o conteúdo local exigido hoje nos contratos de concessão e, futuramente, nos contratos de partilha, caso o novo modelo venha a ser implementado, permeará toda a cadeia de contratos utilizada no setor (de prestação de serviços, de compra de equipamentos, de fornecimentos de materiais e de outros que tais), numa corrente contínua, não restando à indústria nacional outro caminho que não seja se adequar às novas exigências de regulação do setor, visando atender à grande demanda que se anuncia. ■

ANDREA FALCÃO BITTENCOURT é advogada especializada em direito do petróleo e sócia do escritório Vieira, Rezende, Barbosa e Guerreiro Advogados. É membro do Instituto Brasileiro do Petróleo – IBP e da Association of International Petroleum Negotiators – AIPN.

ESPÍRITO SANTO EIXO DE OPORTUNIDADES

Com um programa consistente de incentivos fiscais, uma oferta de crédito subsidiado e um dos maiores complexos portuários da América Latina, o Estado do Espírito Santo cresce em ritmo acelerado

POR LEANDRO RODRIGUEZ



Entre os Estados que mais se desenvolvem no Brasil, o Espírito Santo movimentava grandes cadeias produtivas de petróleo, gás, siderurgia, mineração e celulose, com trânsito pelos seus 7 portos.

Próximo de grandes centros de produção e de consumo do País, o Espírito Santo se diversifica para atrair investidores e crescer. São três as suas principais vantagens competitivas: a proximidade de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, a abertura para o mar e a infraestrutura de transportes. De seus portos, aeroporto internacional e rodovias partem e chegam carregamentos que abastecem os mercados interno e externo, favorecendo a distribuição de mercadorias e o recebimento de exportações. No interior, o agronegócio oferece condições consideradas ideais para diversos segmentos, com diferentes alternativas de comercialização da produção. Para a logística das empresas, essas condições podem ser mais favoráveis – e fundamentais – na comparação com outras cidades brasileiras. Somente o complexo portuário do ES – formado por 7 portos e considerado um dos maiores da América Latina –, movimentava 9% do valor exportado e 5% do valor importado pelo Brasil, concentrando cer-

ca de 45% do Produto Interno Bruto (PIB) estadual. Apenas pelo Porto de Vitória, passam 7,2 milhões de toneladas de cargas anuais. Sobre os trilhos, 100 milhões de toneladas de minério de ferro, grãos e cargas em geral são transportadas anualmente apenas pela estrada de ferro que liga Vitória a Minas Gerais. As principais rodovias, por sua vez, conectam com o Rio de Janeiro, a Bahia e cidades mineiras, o que aumenta as possibilidades da indústria, do comércio e das companhias em geral.

“Queremos diversificar a economia para diminuir o peso das *commodities* na participação do PIB. Com essa iniciativa, conseguimos atrair 160 novas empresas na área industrial desde 2004, e todas elas estão com a sua produção em andamento”, afirma Duarte Aquino, diretor técnico da Agência de Desenvolvimento em Redes do Espírito Santo (Aderes), ligada à Secretaria de Desenvolvimento do Estado. Para transformar o perfil da economia e competir com mais vigor pelos investimentos histórica-

mente concentrados nos mercados paulista, mineiro e carioca, o governo estadual traçou metas de longo prazo que englobam diversos setores da economia.

Até 2025, o objetivo é atingir a taxa média anual de crescimento de 6,0%, com ênfase na diversificação econômica, na concentração das cadeias de produção e no incentivo à fabricação de mercadorias de valor agregado. Além disso, recursos estão aplicados no desenvolvimento social para aumentar a capacitação da mão de obra. A movimentação em torno desses planos levou as prefeituras a intensificarem o diálogo com o governo estadual para definir planos próprios que favoreçam o desembarque de novas empresas, de acordo com as potencialidades de cada região. Os programas são

desenvolvimento nos últimos anos de uma base de suprimentos que atende às necessidades da Petrobras, o que desencadeou oportunidades para grandes, pequenas e médias empresas regionais. A unidade de negócios da estatal, de fato, posiciona a economia estadual como a segunda em produção e reservas de petróleo no País, com alta estimada para 500 mil barris diários até 2013.

Na atualidade, alguns setores se destacam e facilitam o investimento devido à infraestrutura já montada. Na exploração de gás, os grandes grupos em operação no Estado produziram 8 milhões de metros cúbicos por dia em 2008 – o volume deve atingir 20 milhões de metros cúbicos por dia ainda em 2010 –, estendendo a cadeia produtiva a diversas empresas dedicadas

Foto: Secom



Para atender à demanda crescente do comércio exterior, o complexo portuário do ES ganhará três novos projetos que estão sendo implementados na costa capixaba.

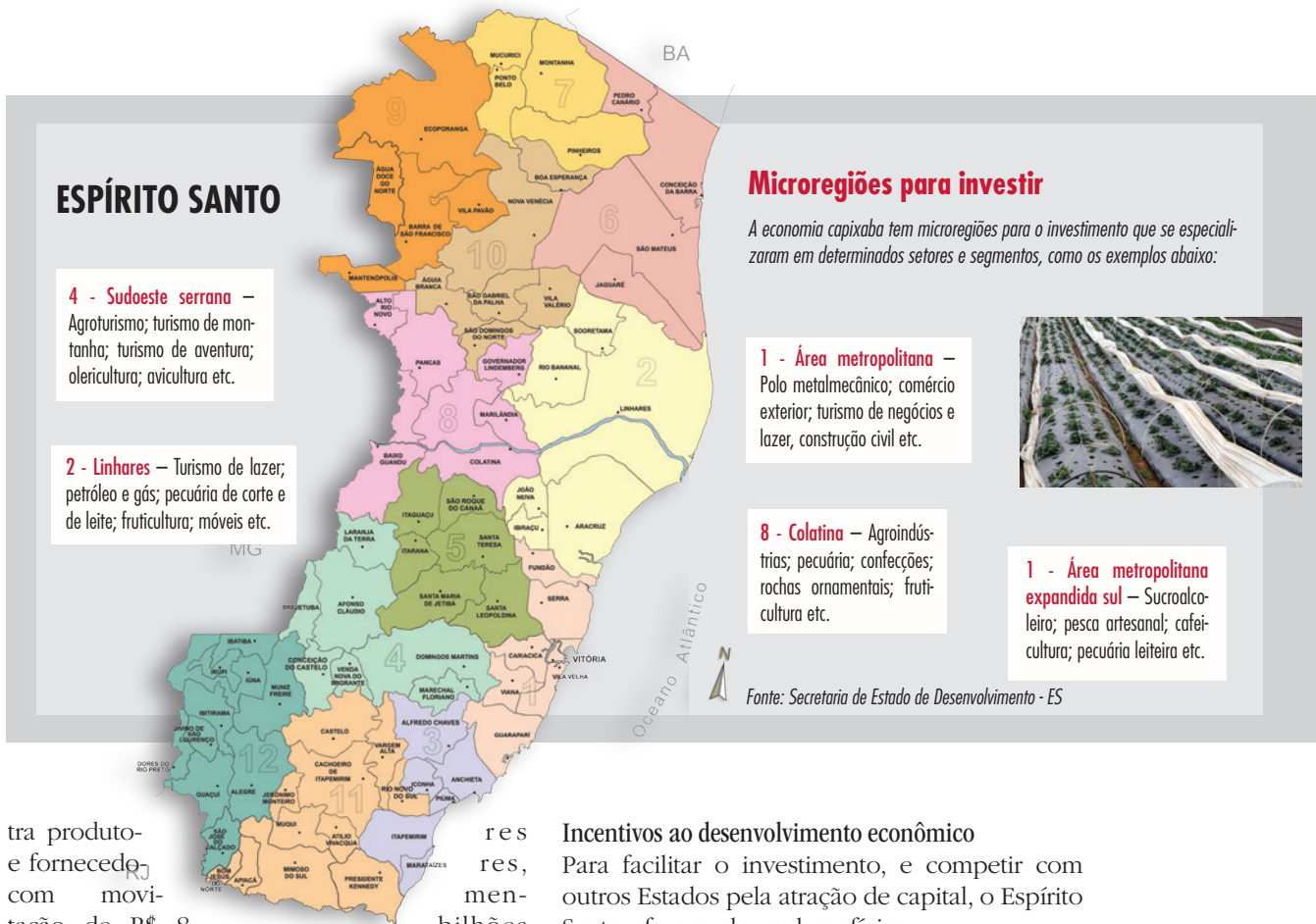
ambiciosos: a previsão é de que os grandes projetos estaduais movimentem cerca de US\$ 31 bilhões até 2014.

“Com essa proposta de diversificar as possibilidades econômicas, conseguimos destinar 15% da arrecadação estadual para os programas de cumprimento de nossas metas para 2025”, destaca Aquino. Segundo o diretor, os principais atrativos do Espírito Santo são a qualidade da mão de obra, o acesso portuário, a localização geográfica privilegiada pela proximidade a mercados importantes e a infraestrutura melhorada nos últimos anos. Para empresários interessados em iniciar ou renovar negócios em solo capixaba, a combinação desses elementos se traduz em logística privilegiada.

“Companhias da região Sul, por exemplo, podem se beneficiar de nossas vantagens de escoamento de mercadorias para montar uma segunda linha de produção, garantindo acesso ao Nordeste e a outros países”, observa Aquino. No setor de petróleo, um exemplo recente é o

ao fornecimento de equipamentos e serviços. O Terminal de Apoio de Exploração e Produção Offshore, liderado pela Petrobras, dará suporte às plataformas instaladas na Bacia do Espírito Santo, e deve ampliar as oportunidades do segmento. Ainda na área de energia, o governo capixaba concluiu recentemente um atlas eólico, com informações detalhadas sobre os regimes de vento e indicações das regiões mais favoráveis para o aproveitamento desse recurso energético. Por sua vez, as pequenas centrais hidrelétricas, outra fonte alternativa de energia em expansão no Estado, devem gerar novos investimentos de empresas especializadas – sete novas infraestruturas desse tipo estão em planejamento.

Os investimentos em siderurgia se concentram em aços longos e de perfis leve e médio para a construção mecânica, em torres de transmissão de energia e de telecomunicações e em pelotas de minério de ferro, entre outros produtos. A indústria metalmeccânica também concen-



tra produto e fornecedor com movimentação de R\$ 8 bilhões de reais anuais, cerca de 17% do PIB estadual. Ao todo, 1.500 empresas de transformação de metais e de produção de bens e serviços intermediários, como oficinas de corte e soldagem, geram 30 mil empregos diretos. No campo, o agronegócio atrai recursos para a produção de café. O Espírito Santo lidera a fabricação nacional de café conilon (70%), mantendo-se como o segundo maior fornecedor de cafés do País, com 10,3 milhões de sacas registradas em 2008, além de se destacar na especialidade tipo arábica.

“As matérias-primas complementam as oportunidades que podem ser encontradas na indústria em geral”, acrescenta Aquino. Esse potencial se desdobrou nas últimas décadas no desenvolvimento do agroturismo – cerca de 400 propriedades recebem turistas brasileiros e estrangeiros, repercutindo em outros segmentos da economia nas regiões mais visitadas. O turismo também deverá ser favorecido pela realização da Copa do Mundo de 2014. O planejamento do governo estadual inclui a construção de instalações adequadas e que deverão beneficiar diversos ramos, incluindo um estádio e um centro de treinamentos exclusivos para a Copa das Confederações, em 2013, e para o mundial de futebol no ano seguinte.

Incentivos ao desenvolvimento econômico

Para facilitar o investimento, e competir com outros Estados pela atração de capital, o Espírito Santo oferece alguns benefícios.

“As empresas atacadistas e de distribuição com atuação estadual têm redução da base de cálculo, de forma que o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) resulta em 7%, mantido o crédito das compras também limitado a 7%”, expõe Rider Pontes, diretor da União Contábil (Unicon). Ele explica que, no caso de transações interestaduais, o atacadista conta com o benefício de créditos lançados via escrituração fiscal, de forma que o ICMS resulte em 1% sobre o valor total da operação. Além disso, destina-se 10% do valor do imposto pago para atividades sociais e culturais. Para recorrer a esse benefício, no entanto, é preciso firmar um contrato de competitividade com a Secretaria de Estado da Fazenda.

Outra alternativa, o Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes) financia projetos e programas de médio e longo prazos, considerados importantes para o desenvolvimento econômico e social. Os empréstimos da instituição podem ser pedidos para a implantação, ampliação e modernização de atividades produtivas, para a compra de máquinas e equipamentos, para projetos de incorporação de tecnologia e para a modernização de processos administrativos da empresa. A pesquisa e o desenvolvimento, assim como programas de



Áreas econômicas de interesse

Alguns setores da economia capixaba se destacam na lista de oportunidades adicionais para investidores brasileiros e estrangeiros. Confira abaixo algumas delas:

Vestuário: Cerca de 1.300 empresas, concentradas principalmente em Colatina, no Noroeste do Estado, e na região metropolitana da Grande Vitória, garantem a produção do segmento.

Indústria metalmeccânica: Gera 30 mil empregos diretos e 120 mil indiretos em 1.500 companhias de transformação de metais e de produção de bens e serviços intermediários.

Rochas ornamentais: O parque industrial conta com mil empresas, que concentram 57% dos teares do País, e responde por 65% das exportações brasileiras.

Indústria moveleira: Em Linhares, as indústrias do setor compõem o sexto maior polo do País.

Fruticultura: O segmento se destaca pela produção de mamão papaia (sexto maior volume de exportação), abacaxi, maracujá, morango, coco e goiaba.

Exportações das empresas brasileiras pelos portos do Espírito Santo

(em US\$ mil)

2005	11.327.846
2006	12.521.809
2007	13.960.643
2008	19.868.496

Fonte: Alice Web / MDIC

Balança comercial capixaba

(US\$ mil)

	Exportação	Importação
2001	2.429.076	2.449.706
2002	2.596.759	2.020.179
2003	3.534.564	2.156.854
2004	4.054.552	3.010.777
2005	5.591.454	4.086.986
2006	6.721.779	4.896.031
2007	6.871.955	6.639.190
2008	10.099.372	8.606.509

Fonte: Alice Web / MDIC

controle ambiental, também podem receber recursos do banco.

Mais específico, o Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias (Fundap) foi criado para dar apoio a companhias que realizam negócios de comércio exterior. “O sistema abrange importações pelos portos capixabas, por empresas com sede no Estado. Os benefícios, em resumo, são o financiamento de 8% da base de cálculo do ICMS, nas operações de saídas do estabelecimento. Os recursos são creditados à empresa, com carência de cinco anos e amortização em 20 anos, totalizando 25 anos de prazo, com juros de 1% ao ano, sem atualização monetária”, explica Pontes.

A Secretaria da Fazenda pode, periodicamente, leiloar os créditos de cada contrato, dando ao empresário a possibilidade de quitar seu financiamento com lance mínimo de 10% do saldo devedor. Já o Programa de Incentivo ao Investimento no Espírito Santo (Invest-ES) favorece a expansão, a modernização e a diversificação de setores produtivos locais para estimular investimentos. Neste caso, podem se beneficiar empresas com projetos considerados prioritários e de interesse para o desenvolvimento econômico estadual.

“O programa se baseia na concessão de benefícios fiscais, como o diferimento do pagamento do ICMS nas importações de máquinas e equipamentos para o ativo fixo da empresa, no diferencial de alíquota devido e nas

importações de insumos e matérias-primas. Também pode ser obtido crédito presumido do valor do imposto a recolher mensalmente nas operações interestaduais e redução da base de cálculo nas operações internas, até o limite de 70%”, esclarece Pontes.

Além disso, 28 municípios do Norte capixaba estão incluídos no grupo de cidades beneficiadas pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), que prevê incentivos fiscais federais para novas iniciativas empresariais. Nesse contexto, o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) pode ser uma alternativa adicional para empresários que buscam linhas de financiamento. Do mesmo modo, o Fundo de Recuperação Econômica do Espírito Santo (Funres) oferece crédito para negócios na agricultura, indústria e infraestrutura. “Sem fazer comparações com outros Estados, o Espírito Santo oferece boas ferramentas fiscais e de financiamento para empresas que se instalem ou aumentem a produção”, diz Duarte Aquino, da Aderes. □

Acima, Duarte Aquino, diretor da Agência de Desenvolvimento em Redes do Espírito Santo (Aderes), afirma que o Estado atraiu 160 novas empresas para sua área industrial desde 2004. Abaixo, o contador Rider Pontes, da Unicon | GBrasil, destaca as vantagens tributárias para empresas atacadistas e de comércio exterior.



Foto: Secom



Foto: Wiener Carvalho

UMA MÃOZINHA PARA SAIR DO VERMELHO

Criado por três geniozinhos do ITA, o site www.minhaseconomias.com.br oferece planilhas e orientações ao indisciplinado brasileiro sobre como gastar de modo planejado e alcançar seus sonhos de consumo sem perder o sono e a qualidade de vida

POR DIVA BORGES

A culpa foi a farra do crédito, no início de 2008. Com tanta oportunidade de gastar, o cidadão brasileiro se endividou como nunca e ganhou, além de muitos bens não tão necessários assim, um saldo devedor maior do que seus rendimentos. Neste cenário, os três amigos Décio, Paulo e Marcelo, ex-colegas de universidade e com carreiras em grandes corporações, começaram a ser consultados por amigos e familiares enrascados com dívidas. Especialistas na área de sistemas e também em finanças e crédito ao consumidor (*veja box na pág. seguinte*), era comum as pessoas em volta deles pedirem planilhas para controle de gastos.

“Percebemos ali uma oportunidade de empreendimento”, conta Décio Kimura. A idéia de criar um site com um sistema *online* de controle financeiro, que qualquer cidadão pudesse acessar de modo gratuito, de qualquer computador e também de maneira incógnita, tomou forma em três meses, fruto da *expertise* dos três engenheiros do Instituto Tecnológico de Aeronáutica - ITA. Assim surgiu o www.minhaseconomias.com.br. O site passou a ser testado pelo mesmo grupo de amigos e familiares e, na base da propaganda boca-a-boca, ele reuniu mais de 10 mil usuários no final de 2009.

O segredo do sucesso tem sido a simplicidade no uso e a fluidez dos tutoriais. “Fomos aperfeiçoando o sistema ao longo do tempo e também começamos a dar dicas e orientações de finanças através de um blog”, conta Décio. Com o sistema é possível elencar todos os gastos e rendimentos e controlá-los de forma diá-

ria. É possível inclusive importar dados de extratos bancários e cartões de crédito e controlar diariamente o saldo disponível. Os rendimentos dos usuários são os mais variados. “Educação financeira independe de valor de salário”, destaca Décio.

Dentro da política de nunca cobrar nada do usuário, os três mosqueteiros querem agora viabilizar o site com patrocínios e a oferta de um programa de educação financeira. O fato é que não basta ter planilha, tem que saber fazer as escolhas de consumo e economizar em harmonia com a família, sem cortar o preceito “felicidade”. A esta sutil e ao mesmo tempo complexa equação de bom-senso financeiro, orientam os consultores, deve-se somar o conhecimento de como aplicar bem as economias. O resultado é a realização de sonhos: o carro, a compra da casa própria, a viagem de férias, o eletroeletrônico especial, uma aposentadoria mais tranquila...

Com essa essência, os três amigos criaram assim o Curso de Educação Financeira Aplicada, estrategicamente montado pela pedagoga Eliane Abel de Oliveira, 36 anos, profissional com grande experiência em treinamento em ambiente de terceiro setor e ensino fundamental. Ela se baseou no método Paulo Freire, que usa a interação com os alunos como forma de aprendizado, para desenvolver um programa de educação financeira com duração de 20 horas, pautado pelos conhecimentos fornecidos pelos três especialistas em finanças. Além de ajudar o aluno a decidir sobre a melhor forma de sair de uma situação de endividamento, o curso se

TRIO DE PESO

Foto: Renato Velasco



Marcelo Jundy Kimura, 38 anos, formado em Engenharia Mecânica-Aeronáutica pelo ITA*, com MBA em Gestão de Projetos de Software e especialização em Finanças pelo Swiss Finance Institute, em Genebra. Gerencia equipes de alto desempenho em projetos de desenvolvimento de softwares na Auspex.

Décio Kimura, 38 anos, Analista de Negócios, graduado em Engenharia Eletrônica pelo ITA*, atua há 13 anos com tecnologia da informação. Passou por empresas como Embraer, Perdigão, CSN, Degussa e Ajinomoto. Na Embraer, fez a análise e implementação das áreas contábil e financeira para matriz, EUA e França.

Paulo Kwok Shaw Sain, 37 anos, mestre em administração de empresas com ênfase em Finanças pela FEA/USP, graduado em engenharia Aeronáutica pelo ITA* e experiência em gerenciar riscos financeiros e de mercado. Passou pelos bancos Calyon Brasil, ABN Amro Asset Management e Sudameris.

propõe a contribuir para o período pós 'estaca zero', quando as dívidas desapareceram, mas ainda não existe um planejamento de vida. "Tenho certeza de que os três cursos piloto que aplicamos em Curitiba fizeram a diferença na vida de muitas pessoas", avalia a pedagoga.

Da mulher que serve o cafezinho na empresa, ao empresário e executivo com pós-graduação, o perfil dos alunos foi o mais eclético. "A mulher do cafezinho, por exemplo, pensava que jamais conseguiria economizar para realizar seu sonho. E ela viu que isso era possível." Uma das atividades apresentadas aos alunos era 'orçar o seu sonho'. A partir daí, tendo conhecimento de quanto custa o seu projeto, foi possível se definir quanto se deveria economizar e em quanto tempo, para que se atingisse o objetivo traçado. "Queremos criar cursos especiais para terceira idade, já que as expectativas de consumo de uma pessoa idosa são distintas das de um adolescente ou jovem que acaba de concluir sua universidade", explica Eliane.

O curso tem uma narrativa como pano de fundo. A história de uma família típica brasileira, um casal de 45 anos e 39 anos, com dois filhos de 14 e 8 anos e todas as influências de

consumo que cercam esse núcleo familiar: o shopping, os amigos, a escola, os parentes, os colegas de trabalho. Do brinquedo, ao cosmético, do eletroeletrônico ao carro e à viagem de férias, várias vertentes de consumo são analisadas e colocadas em questionamento com o grupo do Curso de Educação Financeira Aplicada.

Além de oferecer esses cursos a empresas e a organizações do terceiro setor, um dos objetivos do Minhas Economias é estender o projeto de educação financeira aos programas sociais do governo. Algumas gestões estão sendo feitas nesse sentido, anuncia Décio Kimura. Os três geniozinhos do ITA acreditam na tese de que o comportamento financeiro do cidadão influencia a economia do País. Um cidadão com conhecimentos financeiros ofereceria menos inadimplência ao mercado e, por tabela, um mercado com juros menores; ao governo, controle fiscal com exigência nota fiscal; pessoas com melhor qualidade de vida e portanto, menos estressadas, menos violentas e sem brigas em família. Saúde para o bolso e para a sociedade... □

*Instituto Tecnológico de Aeronáutica

UMA MINIACADEMIA DENTRO DA EMPRESA

Prática que vem crescendo no Brasil e no mundo, a ginástica laboral contribui para o aumento da produtividade no trabalho e evita uma série de problemas de saúde

POR ANDRÉA ANTONACCI E W.F.PADOVANI



Há dois anos, os funcionários da D. Duwe Contabilidade | GBrasil, localizada no Centro de Porto Velho, Rondônia, seguem uma saudável rotina matinal. Às segundas, quartas e sextas-feiras, às 9 horas da manhã, em vez lidar com números, contas ou outras das matérias-primas da profissão, a equipe se prepara para uma sessão voluntária de ginástica laboral. A empresa tem 38 colaboradores e a maioria absoluta costuma participar da atividade, que dura cerca de quinze minutos.

Como o próprio nome indica, ginástica laboral é o conjunto de exercícios feitos por funcionários de uma companhia no próprio local de trabalho. O objetivo é prepará-los na melhor forma física possível para o exercício

da função. Nessa receita entram exercícios aeróbicos, de alongamento e até de antiestresse. A prática evita diversos males contraídos no trabalho, em grande parte classificados como LER, a lesão por esforço repetitivo. São vítimas dessas lesões principalmente quem atua em ambiente de escritório, obviamente o caso de dez entre dez contadores. Por essa razão, a rotina dos exercícios laborais vem dando bons resultados na D.Duwe: “Todo mundo aqui fica com mais disposição depois da ginástica”, conta Ronaldo Marcelo Hella, diretor administrativo da empresa, ele próprio um atleta de firma. “E o número de queixas por doenças ocupacionais diminuiu”, afirma.

As sessões na empresa têm o formato clás-

sico desse tipo de benefício aos funcionários – além da ginástica, eles recebem muitas dicas de alimentação e saúde. Os colaboradores da D.Duwe não usam instrumentos como pesos ou cordas. Tudo é feito mesmo com o próprio corpo.

“No começo eles até estranharam a nova rotina, mas hoje a ginástica realmente faz parte do dia a dia no escritório”, diz Hella. “Muitos chegam na empresa em dias de sessão já esperando que ela comece.”

As vantagens da ginástica laboral cada vez mais são difundidas no país. “Já é um consenso o fato de que fazer exercícios físicos melhora a performance no trabalho”, ratifica Fernando Machado Pedrosa, médico ortopedista graduado pela Universidade de São Paulo-USP e especializado em coluna vertebral, uma das maiores vítimas das doenças ocupacionais. Pedrosa, que atende no conceituado Hospital Albert Einstein, em São Paulo, faz apenas uma ressalva: “A ginástica é sim muito boa para todos, mas, ainda que os exercícios sejam leves, é sempre útil fazer uma avaliação médica antes de entrar nas sessões”.

Prática originada da Polônia, em 1925

Pelas referências históricas, esse tipo de ginástica começou na Polônia em 1925. No final da década de 60 a prática tinha dominado a Europa — e chegou aos Estados Unidos, de onde então se irradiou para o mundo todo. No Brasil, os trabalhadores passaram a ter contato com os exercícios físicos no ambiente de trabalho no começo de 1970. Assim, enquanto Pelé e companhia davam espetáculos nos gramados do México e traziam o tricampeonato do mundo de futebol para o Brasil, numa seleção conhecida tanto pelos dotes técnicos como pela exímia preparação física que planejou para enfrentar os adversários, os brasileiros também começavam a encarar exercícios corporais no trabalho.

De lá para cá, um número crescente de empresas vem adotando a prática, que se aprimora ano a ano. Em 1999, a Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul criou um inédito curso voltado especificamente para ginástica laboral. Apesar de a ginástica laboral não ter o mesmo peso de se frequentar uma academia, ela é considerada uma iniciação, mantendo um nível mínimo de preparo para o trabalho.

De acordo com Eude Bernardes Silveira, formado em Educação Física e especialista em

DO JEITO CERTO

Mesmo para realizar os exercícios leves da ginástica laboral, é preciso se preparar. Abaixo, algumas dicas importantes.



- ✓ Faça avaliação médica antes de começar a participar das sessões.
- ✓ Esteja alimentado para praticar exercícios. A falta de alimentação pode provocar desmaios.
- ✓ Pelo mesmo motivo, hidrate-se bem.
- ✓ Procure não faltar às sessões. Descontinuados, os exercícios ajudam bem menos.
- ✓ Se possível, use tênis.
- ✓ Caso use gravata ou paletó, retire-os.
- ✓ Colabore com os companheiros de turma.
- ✓ Não dispute nada com o colega do lado: faça apenas o que suportar.
- ✓ As sessões têm alta dose de informalidade — mas não devem ser confundidas com bagunça.
- ✓ Após a ginástica, lave o rosto e as mãos para ajudar a refrigeração do corpo a voltar ao normal

Fisiologia do Exercício, que há três anos atua com ginástica laboral, a melhoria dos praticantes na empresa contábil é visível. “Quando comecei na D. Duwe, quase todos reclamavam de dores, muitas delas em função da postura. Hoje isso mudou.” Os próprios funcionários da empresa comprovam. Wanderley de Oliveira Sousa Junior, por exemplo, observa que a ginástica alivia o estresse diário, previne as doenças que são causadas pelo sedentarismo e ainda melhora o desempenho nas atividades relacionadas à profissão, além de proporcio-

nar momentos de lazer no ambiente de trabalho da D. Duwe. “Os exercícios fazem a gente se sentir melhor durante o dia todo e fazem falta nos dias em que não praticamos”, complementa Fernanda Marcon Santana.

Na Marpe Contadores | GBrasil a experiência de 20 minutos duas vezes por semana também tem feito a equipe de 50 colaboradores colher ótimos resultados. “Saímos mais relaxados, dispostos e melhorou bastante a integração da equipe”, comenta Camila Coelho, diretora de Recursos Humanos. A empresa adotou a ginástica há 3 anos por meio da Laborarte, empresa especializada e que tem em sua equipe profissionais de educação física.

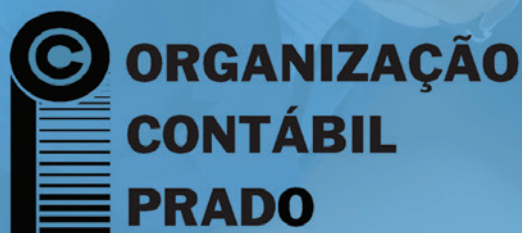
Na hora de implantar

Disseminar a prática correta da ginástica laboral é um dos objetivos da Associação Brasileira de Ginástica Laboral-ABGL, entidade criada em 2006 por alunos da pós-graduação da FMU (Faculdades Metropolitanas Unidas), em São Paulo. Ela lança este ano um manual de boas práticas sobre o tema. Valquíria de Lima,

presidente da entidade, observa também os benefícios da ginástica laboral para a empresa. “Estudos indicam que a prática diminui o estresse, contribui na redução do afastamento do trabalho e diminui gastos em tratamento de saúde do trabalhador. A legislação prevê, ainda, benefícios fiscais e previdenciários para as empresas que comprovarem investimentos em programas de qualidade de vida no trabalho.”

Valquíria ressalta que as empresas interessadas em adotar essa prática devem contratar profissionais de Educação Física que sejam formados e qualificados na área e que tenham registro do CREF (Conselho Regional de Educação Física). No caso de uma empresa prestadora desse tipo de serviço, o registro a ser exigido é o CREF Jurídico. Ela recomenda consultar entidades como a ABGL no momento de implantar o programa e, se necessário, procurar o Conselho Regional de Educação Física para maiores esclarecimentos. □

SAIBA MAIS NO SITE DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE GINÁSTICA LABORAL
WWW.ABGL.ORG.BR

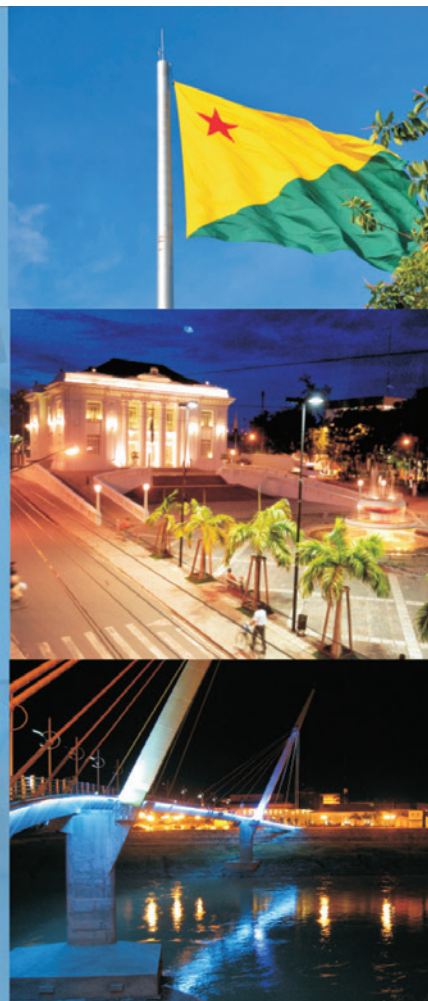


A Organização Contábil Prado tem 22 anos de atuação no mercado de Rio Branco. Somos uma empresa de Execução de Serviços de Contabilidade, Escriturações Fiscais e Tributárias, e de Pessoal para as micro, pequenas, médias e grandes empresas.

Contamos com:

- Departamento Contábil;
- Departamento Fiscal;
- Departamento Legal;
- Departamento de Gestão Administrativa.

Estes departamentos são compostos por equipes qualificadas, e munidos de recursos tecnológicos de última geração, para assessorá-lo de forma profissional, quer seja em nossa sede ou de forma personalizada executando os serviços nas sedes de nossos clientes.



O BEM SEM SABER A QUEM

Colaboradores de empresa contábil de Florianópolis doam parte do salário para ajudar lar infantil obrigado a operar no anonimato

POR W.F.PADOVANI

Os 80 colaboradores da empresa contábil RG Contadores, associada GBrasil em Florianópolis-SC, há dois anos recebem suas remunerações com um desconto de 0,25% além dos tradicionais previstos na relação de trabalho. O pequenino desconto resulta de um grande trabalho de assistência social, consenso da equipe. É a manutenção de um abrigo de menores da capital catarinense que por razões judiciais não pode ter seu nome levado a público. A entidade acolhe 20 crianças entre 5 e 12 anos que estão sob a proteção judicial. São filhos de presidiários ou de pais que representam risco à integridade física ou psicológica das crianças e por isso foram afastadas da convivência familiar. Elas aguardam dias melhores ou uma adoção que oportunize a integração delas a um novo núcleo familiar. A assistente social da entidade explica que a maioria dos menores estão sob a proteção da Lei e, em alguns casos, nem os pais sabem onde estão. Por isso, o anonimato.

Os valores doados pela RG Contadores, incluindo a parte da empresa (*a cada Real arrecadado pela equipe, ela doa mais R\$ 1*), são depositados em uma conta corrente em nome da instituição e respondem às demandas específicas da creche ou na compra de bens de consumo que possam complementar o atendimento às crianças. “Em geral, o dinheiro se reverte em alimentos, roupas e material de limpeza”, ex-



Colaboradores da RG Contadores | GBrasil ajudam a levar alegria e calor humano às comemorações de Natal e Dia das Crianças no lar de menores

plica Lícia Cristina Diesel, contadora da empresa. A equipe RG também organiza eventos para a instituição, como o Dia das Crianças e a Festa de Natal que, além de uma ceia especial, oferece às crianças roupas, calçados, brinquedos e uma cesta de doces. Sempre que faz entrega de produtos à creche, a RG envia alguns membros da equipe para lá. O objetivo é fazer com que as entregas sejam humanizadas e não apenas um ritual frio. “Os bens materiais alimentam o corpo e o afeto, o espírito”, compara Nilson José Göedert, diretor da empresa. “E além de tudo, é muito bom olhar nos olhos das crianças”, ressalta Lícia.

Contabilidade, uma forma de doar

Outra forma encontrada pela RG Contadores de auxiliar o lar de menores é prestando serviços de sua atividade fim. “Estamos assumindo toda a parte contábil da entidade neste ano de 2010”, anuncia o empresário Nilson Göedert. À prestação de serviços, a empresa unirá o desafio de sensibilizar seus *stakeholders* a contribuir com a entidade. “Se as entidades assistenciais convencionais, com direito de divulgar seus nomes na comunidade em que atuam, já sofrem para conseguir suas arrecadações, imagine uma que judicialmente está proibida de fazer qualquer tipo de divulgação de seu nome. É verdadeiramente buscar pessoas que queiram fazer o bem sem olhar a quem”, resume Göedert. ■

Posse de Cassius Régis Coelho no CRC/CE reúne, em Fortaleza, lideranças empresariais e políticas do País



Cassius, diretor da Marpe Contadores | GBrasil, em seu discurso de posse na presidência do CRC/CE: objetivo de construir um grupo unido e focado em objetivos e metas comuns

Em noite de gala, mais de 750 convidados prestigiaram a solenidade de posse dos conselheiros e da nova diretoria do Conselho Regional de Contabilidade do Ceará, ocorrida em janeiro, em Fortaleza. À frente de uma categoria que ganha cada vez mais destaque e importância diante da sociedade cearense e que reúne mais de 20 mil profissionais, o novo presidente da instituição, contador e empresário Cassius Régis Coelho, da Marpe Contadores | GBrasil, foi destacado como o mais jovem presidente do Sistema CFC/CRCs. Aos 36 anos, Cassius segue o exemplo de representação da classe demonstrada pelo pai e pelos tios. Ele é filho do contador Pedro Coelho Neto, diretor do GBrasil e um dos líderes destacados da profissão, e sobrinho de José Martônio Coelho e Maria Clara Cavalcante Bugarim, ambos ex-presidentes do Conselho Federal de Contabilidade. A posse foi prestigiada pela presença do secretário da Fazenda, Mauro Filho; do ministro da Previdência, José Barroso Pimentel; do desembargador Clécio Aguiar de Magalhães; do secretário de Finanças de Fortaleza, Alexandre Cialdini e dos deputados federais Raimundo Matos e Chico Lopes. Também estiveram presentes o superintendente da Receita Federal do Brasil, Moacir Montardo Junior; o presidente do Centro Industrial do Ceará – CIC, Robinson Passos e Silva, o diretor técnico do Sebrae/CE, Alci Porto e o presidente da Junta Comercial do Ceará - Jucec, Ricardo Lopes.

Cassius sucede o contador Osório Cavalcante Araújo, que esteve à frente da entidade nos últimos quatro anos. Alvo de homenagem especial, o ex-presidente Osório Cavalcante foi aplaudido de pé pelos presentes. Uma expressão de carinho e

agradecimento da classe pelos anos de dedicação.

O presidente do Conselho Federal de Contabilidade, Juarez Domingues Carneiro, também presente, confessou estar emocionado nessa que foi sua primeira posse como presidente do órgão máximo da classe contábil nacional. Em seu discurso, o ministro Pimentel disse que “se não fosse a ação da classe contábil, o Simples Nacional não seria o êxito que é hoje”. Para ele, a classe contábil é a grande responsável pelo estímulo à formalização das empresas e dos postos de trabalho. “É essa categoria que organiza o resultado das nossas empresas, que nos orienta quando erramos como empreendedores”, diz.

O secretário Mauro Filho, ressaltou a relevância que o governo do Estado dá ao relacionamento entre a Sefaz e o CRC-CE, não só institucionalmente, mas entre todos os profissionais. “São os contabilistas que traduzem para as empresas as alterações e os requisitos, às vezes difíceis de entender; que o Fisco brasileiro impõe às empresas”, afirma.

Cassius inicia sua gestão com um desafio: construir um grupo unido e focado em objetivos e metas comuns. “São muitos os desafios que temos pela frente e tudo isso só será possível com o envolvimento e dedicação de todos”, disse. Para o novo presidente, “ao longo de seus 62 anos de história, o CRC-CE já viveu grandes momentos, muitas gestões passaram, deixando suas marcas e realizações. Caberá a cada um de nós que agora assume o leme refletir sobre qual legado queremos deixar para a entidade e para a classe contábil. Quais são nossos sonhos? Quais os frutos que queremos colher no futuro?”.

Carlos Corrêa, da C&C Consultoria | GBrasil toma posse na Academia Paraense de Ciências Contábeis

O empresário Carlos Alberto do Rego Corrêa, da C&C Consultoria e Contabilidade, associada GBrasil em Belém-PA, passou a integrar o grupo de 25 imortais da Academia Paraense de Ciências Contábeis. Criada em novembro, a entidade reúne os profissionais de maior relevo das ciências contábeis no Estado. O critério de escolha de seus membros leva em consideração os conhecimentos técnicos do integrante e sua contribuição para a pesquisa e difusão da ciência, assim como sua representatividade no universo contábil do país. Carlos Alberto, além de empresário contábil, é professor de graduação em Ciências Contábeis e vice-presidente da Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis (Fenacon) para a Região Norte. "É muito gratificante receber o reconhecimento pela profissão que exerço com muito respeito e dignidade", declarou Corrêa, na ocasião em que tomou posse da cadeira na APCC e recebeu a Medalha Paraense do Mérito Contábil e o Diploma no Grau de Comendador. A solenidade de fundação e posse dos membros da APCC teve a presença da ex-presidente do Conselho Federal de Contabilidade, Maria Clara Cavalcante Bugarim, e do atual presidente da entidade, Juarez Carneiro. Em entrevista à imprensa local, ambos anunciaram a grande ex-



O empresário GBrasil, Carlos Alberto do Rêgo Correa, imortal da APCC, e a ex-presidente do Conselho Federal de Contabilidade, Maria Clara Cavalcante Bugarim: expectativa para o congresso brasileiro de 2012, em Belém

pectativa do CFC de realizar em Belém, em 2012, o 19º Congresso Brasileiro de Contabilidade. "Com certeza, será um dos melhores congressos brasileiros", declarou com ênfase Maria Clara, apostando num sucesso ainda superior ao que foi verificado em Gramado-RS, em 2008, evento marcado pelo êxito técnico e também político – entre seus participantes ilustres, esteve o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Há três décadas somando sucesso e multiplicando resultados



- AUDITORIA
- ACESSORIA E CONSULTORIA
- * Contábil * Fiscal * Recursos humanos * Financeira
- * Processos * Informação on-line * Jurídica

Uma empresa do Grupo:



Marketing



Empresário Agostinho Pedrosa recebe título de cidadão honorário de Goiânia

Foto: Francisco Carvalho

A Câmara Municipal de Goiânia concedeu em 10 de dezembro, ao empresário Agostinho Sebastião Pedrosa, da Contac | GBrasil, o título de Cidadão Honorário. A deliberação da honraria máxima do legislativo municipal ao empresário veio de uma proposição do vereador Daniel Vilela, líder do PMDB na Câmara e também presidente da Comissão de Educação e Cultura. Em discurso, o vereador destacou Agostinho Pedrosa como um homem de valor tanto como empresário da



À direita, Agostinho Pedrosa, da Contac | GBrasil, ao lado da esposa e sócia Rosângela e do vereador Daniel Vilela, autor da proposição que lhe concedeu o título de Cidadão Goianiense

área rural como da área contábil. “Contador experiente, respeitado e seguidamente buscado pelo empresário goiano, viveu e vive uma carreira brilhante, assessorando empresas”, declarou. O vereador lembrou ainda a participação ativa de Pedrosa em entidades rurais como a Federação da Agricultura do Estado de Goiás e a Associação de Criadores de Bovinos de Raça Holandesa. Além de se dedicar à criação de gado holandês, Pedrosa mantém a Granja Leiteira Sol Dourado, produtora do primeiro leite Tipo A, Quality, do Estado de Goiás. Ambos os empreendimentos sempre foram destacados pela adoção das melhores práticas do setor, e muitas vezes alvo de premiações e reconhecimento público pela qualidade e alta tecnologia agregada. Em

seu discurso de agradecimento à honraria, Pedrosa lembrou sua trajetória pessoal e profissional ao lado da esposa e sócia, Rosângela, Pedrosa – com quem compartilhou o título –, e destacou a presença de Maguito Vilela, ex-governador de Goiás e pai do vereador Daniel Vilela. “Maguito é pioneiro na execução de projetos sociais no Brasil (...) e que serviram de modelo para diversos estados. (...) Sempre foi entusiasta da industrialização (...) e responsável por um dos maiores saltos que o esta-

tado de Goiás deu nesse setor.”

Presente à solenidade, representando o prefeito Iris Rezende, esteve ainda o ex-secretário de Desenvolvimento Econômico do Município de Goiânia, João de Paiva Ribeiro, atual chefe de Gabinete do Prefeito. Conhecido homem público, Ribeiro é também empresário em Goiás. O empreendimento, CCM Comércio de Peças, foi o primeiro a compor o cadastro de clientes Contac, que hoje reúne cerca de 420 empresas. “Número um é o seu cadastro na nossa empresa contábil e em nosso coração”, agradeceu o empresário Agostinho Pedrosa. A solenidade na Câmara Municipal de Goiânia foi ainda prestigiada por Maguito Vilela, atual Prefeito de Aparecida de Goiânia, segunda maior cidade do Estado de Goiás.

Controle Contadores | GBrasil comemora 30 anos

Ao lado de clientes, colaboradores e parceiros, o clã Salgueiro comemorou em Maceió-AL, no último quadrimestre de 2009, os 30 anos de fundação da Controle Contadores Associados | GBrasil. Criada pelo contador, advogado e professor da Universidade Federal de Alagoas, Daniel Salgueiro (na foto superior, à esquerda), 55 anos, a organização é classificada entre as maiores do segmento contábil no Estado. A direção da empresa é compartilhada hoje com o filho Thiago Salgueiro, de 30 anos, contador pós-graduado em auditoria contábil e gestão financeira. Juntos, pai e filho têm a qualidade dos serviços e os seletos clientes como pontos fortes do negócio. A carteira de 62 clientes é composta em quase totalidade (92%) por empresas de médio e grande porte, com destaques para empreendimentos nas áreas de hotelaria, veículos, saúde, telefonia e construção civil. Desse universo destacam-se o Miramar Resort, um dos maiores do Nordeste brasileiro e localizado em Maragogi, o Maceió Mar Hotel, voltado ao lazer e negócios, e empresas de projeção nacional como Telefônica, Telesp, Intelig e Ricardo Eletro. Entre as organizações sem fins lucrativos que utilizam os serviços da Controle Contadores estão a Ordem dos Advogados do Brasil - OAB-AL e o Instituto Eco Engenho, que pesquisa fontes de energia renováveis.



ONDE VOCÊ VAI INVESTIR SEU DINHEIRO NO BANCO DEPENDE DE ONDE VOCÊ VAI INVESTIR SEU DINHEIRO NA BANCA.

JORNAL BRASIL ECONÔMICO.

A MAIS COMPLETA PLATAFORMA MULTIMÍDIA
DE INFORMAÇÃO ECONÔMICA DO PAÍS.



Leia e assine.
Capitais: 4007 1127
Demais localidades: 0800 600 1127
Seg. a sex. das 7h às 20h e sáb. das 7h às 15h.

Brasil **Econômico**

Valorize seu patrimônio

Em sua próxima declaração de Imposto de Renda Pessoa Física, contrate um contador GBrasil



*Rider Pontes,
contador da Unicon | GBrasil, de Vitória-ES*

